

CONTRATO OCS Nº 528/2016

CONTRATO SAP Nº 4400002351

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E SILVIO
MACIEL ESSINGER, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, CEP 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e o Sr. **SILVIO MACIEL ESSINGER**, domiciliado na Rua Honório de Barros, nº 19, apto 301, Copacabana, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.250-120, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 017.940.337-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 179/2016, com fundamento no artigo 30, inciso II, “b” e “c”, da Lei nº 13.303/2016, autorizado em 23.11.2016, por intermédio da IP GP/DECCO/GEVEN nº 23/2016, publicado no DOU em 28.11.2016, seção 3, página 134, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3101.8000-30 (Concursos e Prêmios), centro de custo nº BN20002000 (GP/DECCO), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por parte do **CONTRATADO**, de análise e julgamento dos projetos culturais inscritos no Concurso AARH nº 04/2016 - BNDES, que visa à seleção de espetáculos musicais para a Temporada 2017/2018 do Espaço Cultural BNDES, na qualidade de membro externo da Subcomissão de Seleção da Comissão Examinadora, conforme especificações previstas no Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES”, aprovado pela Resolução DIR nº 1.985/2010-BNDES, e alterado parcialmente pela



Maurício Prado
Advogado

CONTRATO OCS Nº 528/2016

223M
M



Resolução DIR nº 3.019/2016-BNDES, e no Edital do Concurso, respectivamente, Anexos I, II e III deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de até 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes do Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e do Edital do Concurso, constantes nos Anexos I, II e III deste Contrato.

Parágrafo Único

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer às reuniões necessárias à análise dos projetos culturais apresentados e ao julgamento das respectivas propostas no âmbito do processo de seleção, em consonância com os critérios previstos no Edital do Concurso, Anexo III deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através da Gestora indicada na Cláusula Décima deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo observado que o recebimento do objeto:

- I. Constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. Não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado; e
- III. Não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.



Maurício Prado
Advogado

2

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), composto pela parcela fixa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), referente à avaliação de até 100 (cem) projetos, ao valor unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais) por projeto, e pela parcela variável de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), caso a quantidade de projetos ultrapasse a previsão inicial de até 100 (cem), respeitado o limite máximo de até 100 (cem) projetos excedentes, e mantido o valor unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais) por projeto, observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

Caso o **CONTRATADO** não compareça a alguma das reuniões referidas no Parágrafo Único da Cláusula Terceira, não haverá prejuízo em sua remuneração, desde que o **CONTRATADO**:

- I. Justifique sua ausência junto à Comissão Examinadora, que deverá se manifestar sobre sua aceitação; e
- II. Realize todas as análises e serviços prévios à reunião que lhe caibam.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, após a devida



Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

prestação do serviço, por meio de crédito em conta bancária, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Recibo de Pagamento a Autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pela Gestora do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. Número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número do Contrato SAP;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CPF do **CONTRATADO**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CPF constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. Tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- X. Local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XI. Código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003; e
- XII. Número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).



Maurício Prado
Advogado

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. Em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- III. Demais documentos solicitados pela Gestora do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado; e
- IV. Comprovante de que o **CONTRATADO** recolheu para o Regime Geral de Previdência Social, no mês respectivo, sobre o limite máximo do salário-de-contribuição ou em valor inferior, se for o caso.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

22715
my



BNDES

Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não será admitido reajuste ou repactuação de preços, devendo o **CONTRATADO** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. O **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, documentos fiscais referentes à prestação de serviços similares ao objeto contratado, alusivos à época da assinatura do Contrato e ao momento do pedido da revisão;
- III. Com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data de assinatura do Contrato e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. O **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. Caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;

CONTRATO OCS Nº 528/2016

BNDES

Maurício Prado
Advogado

6

- II. O **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. Caso o **CONTRATADO** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**;
- III. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. Reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do Contrato;
- V. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do Contrato;
- VII. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
- VIII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES**, principalmente no que se refere ao porte de identificação e à utilização

dos acessos indicados pelo **BNDES**;

- IX. Cumprir fielmente o Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e o Edital do Concurso AARH nº 04/2016;
- X. Abster-se de comentar ou revelar os projetos e os trabalhos da Subcomissão de Seleção até a entrega do relatório final, obrigando-se a não revelar, a qualquer tempo, os métodos e critérios adotados pela seleção, bem como a avaliação de qualquer dos projetos, assumindo obrigação de confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações a que tiver conhecimento na qualidade de membro da Subcomissão de Seleção;
- XI. Comparecer ao **BNDES**, sempre que convocado, para participar de reuniões ou prestar esclarecimentos;
- XII. Receber para análise os projetos habilitados que lhe forem distribuídos pelo BNDES através do Departamento de Comunicação e Difusão de Conhecimento do Gabinete da Presidência – GP/DECCO;
- XIII. Proceder, no prazo definido pelo **BNDES**, à análise dos aludidos projetos, atribuindo nota a cada um dos projetos habilitados, conforme as regras estabelecidas no Edital do Concurso;
- XIV. Remeter ao BNDES, no prazo definido, os conceitos dos projetos analisados;
- XV. Participar de reuniões com os demais membros da Subcomissão de Seleção para debates e justificativas acerca da avaliação de cada projeto, envidando esforços para a melhoria da avaliação, reavaliando ou não seu julgamento após a realização das reuniões; e
- XVI. Proceder, juntamente com os demais membros da Comissão Examinadora, à classificação dos projetos inscritos por ordem decrescente de pontuação após a devida análise e julgamento dos projetos inscritos.

CLÁUSULA NONA – DA CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.



Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- III. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados à Gestora do Contrato.

Parágrafo Terceiro

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrem em vigor, constituem

obrigações do **BNDES**:

- I. Realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. Designar, como Gestora do Contrato, a Sra. Ana Carolina Walczuk Beltrão, técnica de comunicação, atualmente lotada na GP/DECCO/GEVEN, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. Designar, como substituto da Gestora do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, o Sr. Sidnei de Carvalho Ferreira, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviço da GP/DECCO/GEVEN;
- IV. Alterar, quando conveniente, a Gestora do Contrato, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. Fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado à Gestora do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. Colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. Comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. Cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. Abster-se de comentar ou revelar os trabalhos e etapas da Comissão Examinadora até a conclusão dos trabalhos, obrigando-se, ainda, a não revelar, a qualquer momento os métodos e critérios adotados pela seleção, assumindo obrigação de

confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações de que tiver conhecimento na qualidade de membro da Comissão Examinadora;

- III. Não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizada por escrito;
- IV. Sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
- a) Manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) Limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) Informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação; e
- V. Entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Único

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer

obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no artigo 59 da Resolução DIR nº 3.065/2016 (Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos firmados pelo Sistema BNDES).

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista na alínea “c” do *caput* desta Cláusula também poderá ser aplicada ao **CONTRATADO**, desde que:

- I. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos do presente **CONTRATO**;
- III. demonstre não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- II. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contratado, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado;
- III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- IV. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Créditos, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- V. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

275
af 23



- VI. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- VII. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- VIII. em razão do falecimento do **CONTRATADO**; e
- IX. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionadas no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato e oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Regulamento do Concurso para Escolha de Projetos Culturais a serem Exibidos na Galeria BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 2.710/2014-BNDES, e alterado parcialmente pela Resolução DIR nº 3.019/2016-BNDES, o Edital do Concurso e o Termo de Confidencialidade a ser assinado pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I, II, III e IV do presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações

BNDES

14

Maurício Prado
Advogado

contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

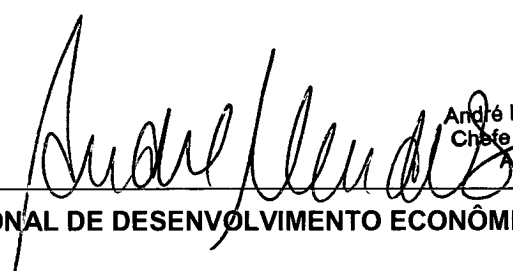
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Mauricio Prado, advogado do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

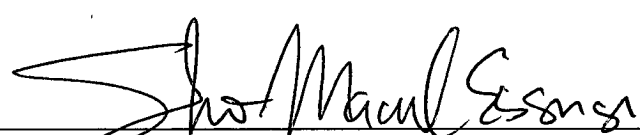
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2016.



André Luis de B. Mendes
Chefe de Departamento
AARH/DEPAD

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES



SILVIO MACIEL ESSINGER

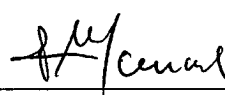
Testemunhas:



Nome/CPF:

ANA CAROLINA WALCZUK
BELTRÃO

CPF: 876 892 787 - 87



Nome/CPF:

PAULO AUGUSTO DI GORGIO
15

993 664 797 - 15



15

Maurício Prado
Advogado

Atesto que o Sr. Sílvia Meier Esslinger
assinou o contrato nº 025 528/2016 na
minha presença, tendo sido conferida a
autenticidade da firma.

Rio 28.11.2016


Márcio Prado
Advogado

25
237
my

Anexo I ao Contrato OCS nº 528/2016

Resolução DIR 1.985/2010-BNDES



238 26
7/

1985
RESOLUÇÃO Nº /2010 - BNDES

Assunto: Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto "Quintas no BNDES"

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA CONJUNTA AA/DELIC nº 51/2010, de 04.08.2010 e GP/DEDIV nº 11/2010, de 04.08.2010.

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 15, e conforme disposto no artigo 26 do Estatuto Social do BNDES, aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 11.10.2002, e suas alterações posteriores,

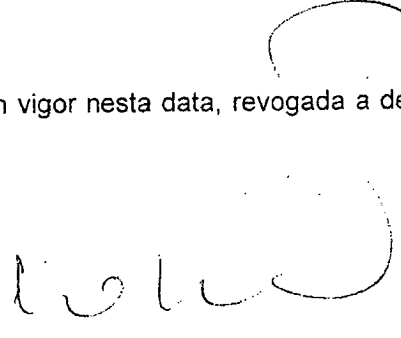
RESOLVE:

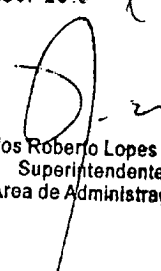
Art. 1º - Aprovar o novo Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto "Quintas no BNDES", cujo texto foi consolidado nos termos constantes do Anexo à presente Resolução.

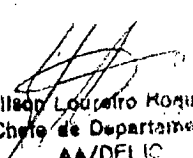
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada a de nº 1.634/2008, de 20.08.2008.


Rio de Janeiro,

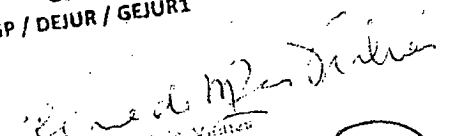
10 AGO. 2010

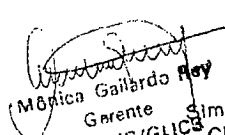

Luciano Coutinho
Presidente

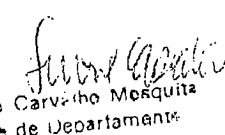

Carlos Roberto Lopes Haude
Superintendente
Área de Administração


Gileon Loureiro Moquém
Chefe de Departamento
AA/DELIC


Ana Beatriz Wakabara
Gerente
GP / DEJUR / GEJUR1


Aline da Moraes Reis Viana
Coordenadora de Serviços
AA/DELIC, GLIC3


Mônica Gallardo Roy
Gerente
AA/DELIC/GLIC3


Simone Carvalho Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

**REGULAMENTO DO CONCURSO PARA ESCOLHA DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS
PARA APRESENTAÇÃO NO PROJETO "QUINTAS NO BNDES"**

Art. 1º – O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer normas gerais para realização do concurso para escolha de espetáculos artísticos para apresentação no projeto "Quintas no BNDES", a ser promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Parágrafo Primeiro – A abertura do concurso a que alude o presente Regulamento será proposta pelo Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES e autorizada pelo Superintendente da Área de Administração, por meio de IP instruída com as seguintes informações:

- I. justificativa para realização da licitação, inclusive quanto ao prazo de validade dos contratos a serem celebrados;
- II. objeto do concurso, descrito de forma clara e sucinta;
- III. indicação do período de realização da temporada anual;
- IV. os horários e o local de realização dos espetáculos;
- V. a classificação dos espetáculos por categorias;
- VI. o quantitativo de vagas por categoria e o respectivo valor global destinado à remuneração dos espetáculos;
- VII. a justificativa de valor das contratações, por categoria, para a temporada anual;
- VIII. as condições e informações necessárias à participação no concurso;
- IX. a relação de documentos, materiais e equipamentos a serem apresentados pelos participantes do concurso;
- X. a indicação dos critérios de julgamento das propostas de espetáculo;
- XI. a dimensão do palco e a capacidade do auditório onde serão realizados os espetáculos;
- XII. a infraestrutura a ser oferecida pelo BNDES para o espetáculo, a saber camarins, banheiros privativos, sistema de intercomunicação etc;
- XIII. a quantidade de ingressos destinados à produção de cada espetáculo;
- XIV. o período em que o auditório será disponibilizado ao responsável para montagem e desmontagem do espetáculo;
- XV. indicação da disponibilidade de recursos e respectiva dotação orçamentária (rubrica e código da unidade orçamentária);
- XVI. indicação do gestor do contrato (nome/cargo/ramal), o qual será responsável pela liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações dos contratos, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; e
- XVII. as obrigações a serem cumpridas pelos licitantes vencedores.

Ana Beatriz Makabini
Gerente
GP / DEUR / GEUR

Mônica Galvão
Gerente
AA/DEIC/GLIC3

Gilson Loureiro
Chefe de Departamento
AA/DEIC

Carvalho Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEIV

Angelo
Assessor
Coordenador de Serviços
AA/DEIC, GLIC3

28 240 17

Parágrafo Segundo - Autorizada a realização do concurso, na forma do parágrafo anterior, o BNDES, através do Departamento de Licitações da Área de Administração (AA/DELIC), fará divulgar, na forma do artigo 21, incisos I e III, e do artigo 22, § 4º, ambos da Lei nº 8.666/93, o aviso contendo o resumo do edital do concurso.

Parágrafo Terceiro - As apresentações do projeto "Quintas no BNDES" serão semanais, sempre às quintas-feiras, em período e horários a serem definidos pelo Departamento de Divulgação do Gabinete da Presidência (GP/DEDIV) e divulgados pelo AA/DELIC no instrumento convocatório.

Parágrafo Quarto - Cada espetáculo será realizado com entrada franca e apenas uma única vez por temporada.

Parágrafo Quinto - Um dos espetáculos da temporada poderá ser realizado em comemoração do aniversário do BNDES, sendo agendado em qualquer dia da semana, a critério do Banco, com apresentação restrita aos seus empregados e acompanhantes.

Parágrafo Sexto - A inscrição de espetáculos poderá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas que cumprirem as exigências legais e regulamentares previstas para a participação na licitação e para a celebração do instrumento contratual previstas no edital do concurso e na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sétimo - A validade do concurso previsto neste Regulamento será de até 01 (um) ano, prorrogável pelo prazo máximo de igual período.

Art. 2º - Os artistas, ou grupos de artistas, cujos espetáculos sejam classificados poderão ser convocados para firmar contrato com o BNDES e receberão remuneração pela apresentação do espetáculo.

Art. 3º - As apresentações poderão ser gravadas para integrar o patrimônio do BNDES e, por interesse da instituição, para exibição em rede pública de comunicação.

Art. 4º - São responsáveis pela condução dos trabalhos referentes ao Projeto "Quintas no BNDES":

- I. o GP/DEDIV;
- II. o AA/DELIC; e

nona Carla Ina Mendes
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Mônica Galvão Rey
Gerente
AA/DELIC/GLIC3

Gilson Loureiro Roquette
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Alina de Menezes
Coordenadora de Serviços
AA/DELIC, GLIC2

S

III. a Comissão Examinadora, que será instituída nos termos do presente Regulamento, para os fins nele previstos.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao GP/DEDIV:

- I. elaborar a IP de proposição do concurso, a qual deverá conter os requisitos descritos no art. 1º, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento;
- II. secretariar os trabalhos da Comissão Examinadora, promovendo todas as medidas de apoio necessárias, tais como a disponibilização de local próprio para a realização das reuniões da Comissão Examinadora;
- III. elaborar e propor a IP de contratação dos membros externos da Comissão Examinadora de que trata o art. 5º, incisos II e III, com previsão de pagamento de transporte e hospedagem, quando necessário;
- IV. fornecer as informações necessárias e orientar o Departamento de Licitações (AA/DELIC) na condução do concurso, inclusive elaborando a minuta de respostas a eventuais questionamentos que não sejam de cunho estritamente jurídico, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Segundo – Caberá ao AA/DELIC:

- I. elaborar e aprovar o edital do concurso, com base na orientação do GP/DEDIV, e divulgar a sua abertura, responsabilizando-se pela divulgação atualizada dos respectivos andamentos;
- II. conduzir o andamento do concurso, sob as orientações do GP/DEDIV no que diz respeito aos aspectos técnicos, no âmbito de suas atribuições; e
- III. apoiar, no âmbito das suas atribuições, todos os trabalhos da Comissão Examinadora e do GP/DEDIV na realização do concurso.

Parágrafo Terceiro – Caberá à Comissão Examinadora:

- I. analisar o atendimento dos requisitos de inscrição e aceitabilidade da proposta constantes no edital, inclusive quanto aos projetos de sonorização e iluminação de cada um dos espetáculos;
- II. analisar e julgar os projetos de espetáculo inscritos e classificá-los por ordem decrescente de pontuação; e
- III. verificar os documentos e analisar sua conformidade com os requisitos necessários à habilitação no concurso.

Silvia Carvalho
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Mônica Gallardo Rey
Gerente
AA/DELIC/GLIC3

Gláucia Loureiro Roquete
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Adriana da Silva
Coordenadora de Serviços
AA/DELIC, GLIC3

Parágrafo Quarto – A Comissão Examinadora poderá consultar o AA/DELIC no caso de dúvida jurídica acerca da interpretação que deva ser conferida ao edital em casos concretos.

Art. 5º – A Comissão Examinadora de que trata o inciso III do *caput* do art. 4º, será composta por:

I – uma **Subcomissão de Habilitação**, à qual caberá as funções descritas no inciso III do parágrafo terceiro do art. 4º;

II – uma **Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos**, à qual caberá as funções descritas no inciso I do parágrafo terceiro do art. 4º;

III – uma **Subcomissão de Seleção**, à qual caberá as funções descritas no inciso II do parágrafo terceiro do art. 4º;

IV – um Presidente.

Parágrafo Primeiro – A presidência da Comissão Examinadora será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV, designado para tal fim pelo Chefe de Gabinete da Presidência.

Parágrafo Segundo – Ao Presidente da Comissão Examinadora, que não tem direito a voto, exceto em caso de empate, cabe definir e coordenar os procedimentos adotados pelas Subcomissões, bem como zelar pelo cumprimento dos atos necessários ao bom êxito do concurso.

Parágrafo Terceiro – Caberá a cada uma das Subcomissões mencionadas nos incisos do art. 5º deste Regulamento a competência para analisar os recursos interpostos contra as decisões por elas proferidas, possibilitando a sua reforma ou manutenção, remetendo, neste último caso, o recurso acompanhado da Ata de Julgamento ao Superintendente da Área de Administração.

Art. 6º – A Subcomissão de Habilitação será integrada por até 8 (oito) empregados das empresas integrantes do Sistema BNDES, dentre os quais até 5 (cinco) lotados na Gerência de Promoção e Eventos do GP/DEDIV e até 3 (três) lotados no Departamento de Licitações (AA/DELIC), designados, respectivamente, por ato do Chefe de Gabinete da Presidência e do Superintendente da Área de Administração.

Ana Beatriz Nakabara
Gerente
GP/DEUR/GEUR1

Simone Carvalho Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Mônica Gallardo Rey
Gerente
AA/DELIC/GLIC3

Elison Loureiro Roquette
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Alina de Almeida Reis Vintas
Coordenadora de Serviços
AA/DELIC, GLIC3

Parágrafo único – A presidência da Subcomissão de Habilitação será exercida por membro interno proveniente do AA/DELIC, designado para tal fim pelo Superintendente da Área de Administração.

Art. 7º – A Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos será composta pelos membros da Subcomissão de Habilitação, podendo ser incluído na sua composição 1 (um) membro externo com conhecimentos em matéria de iluminação e sonorização de espetáculos artísticos, a ser convidado ou contratado diretamente, na forma autorizada pelo art. 25, II da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES convidar ou aprovar a contratação direta dos membros externos da Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos.

Parágrafo Segundo – A presidência da Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV, designado para tal fim pelo Chefe de Gabinete da Presidência.

Art. 8º – A Subcomissão de Seleção será instituída por ato do Chefe de Gabinete da Presidência e será integrada por até 8 (oito) pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, dentre os quais, no mínimo 01 (um) membro interno, selecionado dentre o corpo de funcionários das empresas integrantes do Sistema BNDES e no mínimo 03 (três) membros externos, dentre eles pelo menos 01 (um) membro de uma das esferas de governo, sendo os demais membros profissionais da área cultural específica, a serem convidados ou contratados diretamente, para tal fim, na forma autorizada pelos arts. 25, II, e 51, § 5º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A presidência da Subcomissão de Seleção será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV, designado para tal fim pelo Chefe de Gabinete da Presidência.

Parágrafo Segundo - Caberá ao Chefe do Gabinete da Presidência do BNDES aprovar a contratação direta dos membros externos da Subcomissão de Seleção.

Parágrafo Terceiro – Os valores a serem pagos, quando for o caso, aos membros externos da Comissão Examinadora pelos serviços prestados serão uniformes e fixados.

Simone Carvalho Mosquin
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Monte Gellardo Reis
Gerente
AA/DELIC/GLIC3

Lyson Laurejto Roquette
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Dr.
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Cláudio de M. Silva
Coordenador de Cursos
AA/DELIC/GLIC3

244 32

justificadamente, pelo Chefe de Gabinete da Presidência, a cada edição do "Quintas no BNDES".

Parágrafo Quarto – As investiduras dos membros da Subcomissão de Seleção não excederão ao período necessário à realização dos trabalhos referentes a cada edição do concurso, sendo vedada a recondução de qualquer um de seus membros para edição subsequente à qual foram investidos, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, por autorização expressa do Chefe de Gabinete da Presidência.

Art. 9º – As deliberações de cada uma das Subcomissões, integrantes da Comissão Examinadora, serão lavradas em ata e tomadas por maioria simples de votos de seus respectivos membros.

Art. 10 – Os critérios de julgamento para seleção dos projetos de espetáculos artísticos inscritos no concurso para apresentação no projeto "Quintas no BNDES" serão definidos pelo GP/DEDIV na IP que propuser a abertura do concurso.

Art. 11 – Os empregados ativos e aposentados do Sistema BNDES estarão impedidos de se inscrever no projeto "Quintas no BNDES".

Art. 12 – O profissional que, de qualquer forma, esteja ou esteve envolvido em projeto inscrito no "Quintas no BNDES" estará impedido de integrar a Comissão Examinadora que irá analisar e julgar o aludido projeto, sujeitando o transgressor às sanções legais e/ou regulamentares cabíveis.

Parágrafo Primeiro – Da mesma forma, não poderá participar da Comissão Examinadora pessoa casada, com relação de união estável, com vínculo de parentesco em linha reta, colateral até o 3º grau ou por afinidade com qualquer dos artistas inscritos no certame.

Parágrafo Segundo – Os casos de impedimento e de suspeição acaso arguidos serão examinados e decididos pelo Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES.

Art. 13 – O resultado final do julgamento realizado pela Comissão Examinadora, será publicado no Diário Oficial da União pelo AA/DELIC e disponibilizado no site do BNDES, sendo assegurada, a todos os interessados, a possibilidade de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação.

Ana Beatriz Macabara
Gerente
GP / DEJUR / GEJUR1

Mônica L. V. da Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Alcino de M. Silva
Coordenador do Setor
AA/DELIC/GLIC3

Glison Loureiro Roquette
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Mônica Gallardo Ruy
Gerente
AA/DELIC/GLIC3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
do BNDES
12/10/2011

SA

Parágrafo Primeiro - Realizada a análise das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão Examinadora poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de sua manutenção, deverá encaminhar o recurso instruído em especial com a Ata de Julgamento do referido Recurso ao Superintendente da Área de Administração do BNDES, para sua decisão.

Parágrafo Segundo - A homologação da licitação e a adjudicação do seu objeto caberão ao Superintendente da Área de Administração, mediante proposição do AA/DELIC.

Art. 14 - Dentre outras obrigações, o artista, ou o empresário agindo em nome do artista mediante outorga de procuração, deverá assumir todas as obrigações constantes no contrato a ser formalizado com o BNDES, com destaque para as seguintes:

- I - obedecer às disposições contidas na legislação sobre direito autoral vigente, em especial na Lei 9.610/98;
- II - apresentar, previamente à data marcada para realização do espetáculo, Nota Contratual, em conformidade com a Portaria nº 3.347, de 30.09.86, do Ministério do Trabalho, e suas alterações posteriores;
- III - aceitar, por parte do BNDES, em todos os aspectos, o acompanhamento da execução do objeto do contrato;
- IV - ceder ao BNDES os direitos patrimoniais relativos às suas apresentações no âmbito do projeto "Quintas no BNDES"; e
- V - autorizar a gravação e cessão gratuita destinada à transmissão das mesmas em rede pública de comunicação.

Art. 15 - Formalizados os contratos, o GP/DEDIV deverá:

- I - providenciar a divulgação dos espetáculos;
- II - disponibilizar a infraestrutura necessária à realização de cada espetáculo; e
- III - fiscalizar a execução dos contratos.

Art. 16 - Para realizar o pagamento referente ao espetáculo, o gestor do contrato deverá:

- I - atestar a efetiva e regular prestação do serviço na nota fiscal, recibo ou fatura do serviço prestado; e
- II - encaminhar à Área Financeira a nota fiscal, recibo ou fatura do responsável pelo espetáculo.

Gláucia Carvalho Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEDIV

Adriana Galvão Rey
Gerente
GP/DEDIV

Gilson Loureiro Roquero
Chefe de Departamento
AA/DELIC

Carine de M. F. F. F.
Gerente de Departamento
AA/DELIC

246 34
my

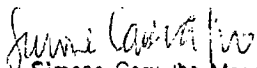
Art. 17 – A documentação pertinente a cada edição do concurso deverá ser arquivada de forma cronológica em pasta própria, que ao final do processo deverá ser numerada e encaminhada para arquivo na Gerência de Documentos - GDOC.

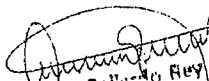
Parágrafo Único – Os contratos a serem firmados em razão do concurso serão arquivados, individualmente, na Gerência de Documentos - GDOC.

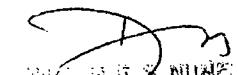
Art. 18 – Havendo modificação na nomenclatura das unidades administrativas ou na estrutura organizacional do BNDES, o presente Regulamento permanecerá em vigor adequando-se a sua aplicação às normas de organização interna.


Art. 19 – O Projeto “Quintas no BNDES” obedecerá às normas previstas neste Regulamento, nos editais dos concursos e aos ditames da Lei nº 8.666/93, em especial naquilo que se refere à modalidade de licitação concurso.

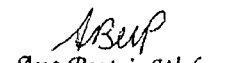
Art. 20 – Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES.

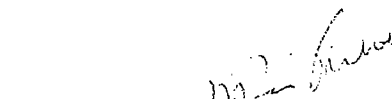

Simone Carvalho Mesquita
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Mônica Gallardo Rey
Gerente
AA/DEJUR/GLIC3


NELSON R. S. NUNES
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Nelson Loureiro Roquette
Chefe de Departamento
AA/DEJUR


Ana Beatriz Wakui
Gerente
GP / DEJUR / GEJUR


Ana Beatriz Wakui
Coordenadora de Serviços
AA/DEJUR/GLIC3



Classificação: Documento Ostensivo
Restrição de Acesso: não se aplica
Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

35
27
7

Anexo II ao Contrato OCS nº 528/2016


Resolução DIR nº 3.019/2016-BNDES

CONTRATO OCS Nº 528/2016



17

Maurício Prado
Advogado

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

248 36
m

RESOLUÇÃO DIR Nº 3019 /2016 - BNDES

Assunto: Alteração do Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” (Resolução DIR nº 1.985/2010 - BNDES), do Regulamento do Concurso para Escolha de Projetos Culturais a serem exibidos na Galeria do BNDES (Resolução DIR nº 2.710/2014 - BNDES), das Normas e Procedimentos de Gestão de Marcas do Sistema BNDES (Resolução DIR nº 2.834/2015 - BNDES), do Regulamento para a Filiação do BNDES a Entidades Brasileiras sem fins lucrativos (Resolução DIR nº 2.952/2016 - BNDES) e do Regulamento para a Edição das Publicações Internas e Externas do BNDES (Resolução DIR nº 2.960/2016 - BNDES).

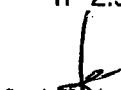
Interessado: Sistema BNDES.

Referência: Informação Padronizada GP nº 05/2016, de 24.06.2016.

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso I, alínea b, do Estatuto Social do BNDES, aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 11.10.2002, e suas respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” (Resolução DIR nº 1.985/2010 - BNDES), do Regulamento do Concurso para Escolha de Projetos Culturais a serem exibidos na Galeria do BNDES (Resolução DIR nº 2.710/2014 - BNDES), das Normas e Procedimentos de Gestão de Marcas do Sistema BNDES (Resolução DIR nº 2.834/2015 - BNDES), do Regulamento para a Filiação do BNDES a Entidades Brasileiras sem fins lucrativos (Resolução DIR nº 2.952/2016 - BNDES) e do Regulamento para a Edição das Publicações Internas e



Tais Figueira Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guila Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



44-37
aj

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

Externas do BNDES (Resolução DIR nº 2.960/2016 - BNDES), nos termos que seguem.

Art. 2º O Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Artísticos para Apresentação no Projeto "Quintas no BNDES", aprovado pela Resolução DIR nº 1.985/2010 - BNDES, de 10.08.2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º -

Parágrafo Primeiro – A abertura do concurso a que alude o presente Regulamento será proposta pela Gerência de Promoção e Eventos do Departamento de Divulgação do Gabinete da Presidência (GP/DEDIV/GEVEN) e autorizada pelo Superintendente da Área de Administração, por meio de IP instruída com as seguintes informações:

.....

Parágrafo Terceiro – As apresentações do Projeto "Quintas no BNDES" serão semanais, sempre às quintas-feiras, em período e horários a serem definidos pela GP/DEDIV/GEVEN e divulgados pelo AA/DELIC no instrumento convocatório.

....."


"Art. 4º - São responsáveis pela condução dos trabalhos referentes ao Projeto "Quintas no BNDES":

- I. a GP/DEDIV/GEVEN;
- II. o AA/DELIC; e
- III. a Comissão Examinadora, que será instituída nos termos do presente Regulamento para os fins nele previstos.

Parágrafo Primeiro – Caberá à GP/DEDIV/GEVEN:


- I. elaborar e propor a IP de proposição do concurso, a qual deverá conter os requisitos descritos no art. 1º, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento;
-


Tais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guilla Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

258 38
7

Parágrafo Segundo – Caberá ao AA/DELIC:

- I. elaborar e aprovar o edital do concurso, com base na orientação da GP/DEDIV/GEVEN, e divulgar a sua abertura, responsabilizando-se pela divulgação atualizada dos respectivos andamentos;
- II. conduzir o andamento do concurso, sob as orientações da GP/DEDIV/GEVEN no que diz respeito aos aspectos técnicos, no âmbito de suas atribuições; e
- III. apoiar, no âmbito das suas atribuições, todos os trabalhos da Comissão Examinadora e da GP/DEDIV/GEVEN na realização do concurso.

.....
 "Art. 5º -"

Parágrafo Primeiro – A presidência da Comissão Examinadora será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV, designado para tal fim pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.

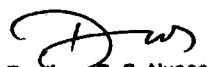
.....
 "Art. 6º - A Subcomissão de Habilitação será integrada por até 8 (oito) empregados das empresas integrantes do Sistema BNDES, dentre os quais até 5 (cinco) lotados na Gerência de Promoção e Eventos do GP/DEDIV (GP/DEDIV/GEVEN) e até 3 (três) lotados no Departamento de Licitações (AA/DELIC), designados, respectivamente, por ato do Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, e do Superintendente da Área de Administração.

.....
 "Art. 7º -"

Parágrafo Primeiro – Caberá ao Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, convidar ou aprovar a contratação direta dos membros externos da Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos.

Parágrafo Segundo – A presidência da Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV,


 Thais Freire Sardella
 Gerente
 GP/DEJUR/G2


 Denilson R. S. Nunes
 Chefe de Departamento
 GP/DEJUR


 Tais Guida Fonseca Guedes
 Gerente
 GP/DEJUR/G1



designado para tal fim pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV."

"Art. 8º - A Subcomissão de Seleção será instituída por ato do Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, e será integrada por até 8 (oito) pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, dentre os quais, no mínimo 01 (um) membro interno, selecionado dentre o corpo de funcionários das empresas integrantes do Sistema BNDES e no mínimo 03 (três) membros externos, dentre eles pelo menos 01 (um) membro das esferas de governo, sendo os demais membros profissionais da área cultural específica, a serem convidados ou contratados diretamente, para tal fim, na forma autorizada pelos arts. 25, II, e 51, §5º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A presidência da Subcomissão de Seleção será exercida por membro interno proveniente do GP/DEDIV, designado para tal fim pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.

Parágrafo Segundo – Caberá ao Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, aprovar a contratação direta dos membros externos da Subcomissão de Seleção.

Parágrafo Terceiro – Os valores a serem pagos, quando for o caso, aos membros externos da Comissão Examinadora pelos serviços prestados serão uniformes e fixados, justificadamente, pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, a cada edição do "Quintas no BNDES".


Parágrafo Quarto – As investidas dos membros da Subcomissão de Seleção não excederão ao período necessário à realização dos trabalhos referentes a cada edição do concurso, sendo vedada a recondução de qualquer um de seus membros para edição subsequente à qual foram investidos, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, por autorização expressa do Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV."

"Art. 10 - Os critérios de julgamento para seleção dos projetos de espetáculos artísticos inscritos no concurso para apresentação no projeto "Quintas no

Thales Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2

Denilson R. S. Nunes
Chefe do Departamento
GP/DEJUR

Tais Guiza Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

40
28
79

BNDES" serão definidos pela GP/DEDIV/GEVEN na IP que propuser a abertura do concurso."

"Art. 12 -"

Parágrafo Segundo – Os casos de impedimento e de suspeição acaso arguidos serão examinados e decididos pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV."

"Art. 15 - Formalizados os contratos, a GP/DEDIV/GEVEN deverá:"

"Art. 20 - Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Chefe do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV."

Art. 3º O Regulamento do Concurso para Escolha de Projetos Culturais a serem exibidos na Galeria do BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 2.710/2014 - BNDES, de 28.10.2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

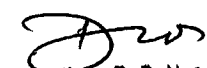
"Art. 2º - A abertura do concurso de que trata o presente Regulamento será proposta pela Gerência de Promoção e Eventos do Departamento de Divulgação do Gabinete da Presidência (GP/DEDIV/GEVEN) por meio de Informação Padronizada - IP instruída, minimamente, com as seguintes informações:"

"Art. 5º - São responsáveis pela condução dos trabalhos referentes ao concurso para escolha de projetos culturais a serem exibidos na GALERIA BNDES:

- I. a GP/DEDIV/GEVEN;
- II. o AA/DELIC; e
- III. a Comissão Examinadora, que será instituída nos termos do presente Regulamento para os fins nele previstos.

Parágrafo Primeiro – Caberá à GP/DEDIV/GEVEN:


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Dentison R. S. Nunes
Chefe do Departamento
GP/DEJUR


Tais Gilda Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



Parágrafo Segundo – Caberá ao AA/DELIC:

IV. apoiar, dentro do âmbito de sua atuação, os trabalhos da Comissão Examinadora e da GP/DEDIV/GEVEN na realização do concurso.”

“Art. 6º –

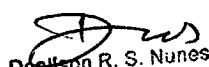
Parágrafo Primeiro – A Subcomissão de que trata o inciso I deste artigo será integrada por até 5 (cinco) empregados das empresas integrantes do Sistema BNDES, dentre os quais até 4 (quatro) lotados na Gerência de Promoção e Eventos do GP/DEDIV (GP/DEDIV/GEVEN) e 1 (um) lotado no Departamento de Licitações (AA/DELIC), designados, respectivamente, por ato conjunto do Chefe do Gabinete da Presidência ou do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, e do Superintendente da Área de Administração, sendo indicado o seu Presidente dentre os membros integrantes do GP/DEDIV, no mesmo ato de instituição da referida Subcomissão.

Parágrafo Segundo – A Subcomissão de que trata o inciso II deste artigo será integrada, nos termos do art. 51, §5º da Lei nº 8.666/1993, por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame e instituída por ato do Chefe do Gabinete da Presidência ou do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.


Parágrafo Terceiro – A composição da Subcomissão de Seleção será proposta pela GP/DEDIV/GEVEN por meio de Informação Padronizada a ser autorizada pelo Chefe do Gabinete da Presidência ou pelo Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, devendo obedecer, necessariamente, a seguinte formação:

Parágrafo Quarto – A presidência da Comissão Examinadora será exercida pelo membro interno proveniente do GP/DEDIV, sendo sua designação feita por ato do Chefe do Gabinete da Presidência ou do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, no ato de designação dos demais membros.


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Gilda Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

25492
mf

Parágrafo Sexto – Caberá ao Chefe do Gabinete da Presidência ou ao Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, aprovar a contratação direta dos membros externos da Comissão, indicados no inciso II do parágrafo terceiro deste artigo, por meio de Informação Padronizada – IP, da qual deverão constar, entre outras, as seguintes informações:

Parágrafo Sétimo – Os valores a serem pagos, quando for o caso, aos membros externos da Comissão Examinadora pelos serviços prestados serão uniformes e fixados, justificadamente, pelo Chefe do Gabinete da Presidência ou pelo Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, na Informação Padronizada que propuser a contratação direta dos membros externos da Comissão, a cada edição do concurso.”

“Art. 7º –

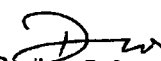
II. de qualquer dos membros externos da Subcomissão de Seleção por mais de uma edição do concurso, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, por autorização expressa do Chefe do Gabinete da Presidência ou do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.”

“Art. 9º –

Parágrafo Único – Os demais casos de suspeição acaso arguidos, e em relação aos quais o presente Regulamento seja omissos, serão examinados e decididos pelo Chefe do Gabinete da Presidência ou pelo Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.”

“Art. 17. – Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES ou pelo Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.”


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

Art. 4º As Normas e Procedimentos de Gestão de Marcas do Sistema BNDES, aprovadas pela Resolução DIR nº 2.834/2015 - BNDES, de 07.07.2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“CAPÍTULO II
DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE MARCAS**

Art. 4º A Gerência de Publicidade do Departamento de Políticas de Comunicação (GP/DEPOC/GPUBLI) será a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES, na forma prevista neste Regulamento.”

“Art. 8º

I –

b) orientar e supervisionar a atuação da unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES;


e) criar, quando pertinente e por meio das unidades competentes, logotipos e representações gráficas para as marcas da família BNDES; e

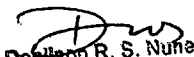
f) divulgar a marca por meio de patrocínios, ações de publicidade, feiras de negócios e outras iniciativas de comunicação semelhantes, mediante atuação das unidades competentes, após consulta à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES para avaliação da correta aplicação do Guia da Marca.

II –

c) atuar nos processos de autorização e licenciamento de uso de marcas que tenham pertinência com suas atribuições, em parceria com a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES;

d) esclarecer, no âmbito da divulgação de marcas e nas autorizações e licenças de uso de marcas sob sua responsabilidade, dúvidas de beneficiários e parceiros sobre a correta aplicação das marcas do Sistema BNDES, nos termos do Guia da Marca e da Arquitetura da Marca, podendo consultar a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES em caso de dúvidas;


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guiza Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

- f) propor à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES, quando considerar relevante, o registro das marcas relacionadas aos produtos, programas e linhas de financiamento criados por sua iniciativa, levando em conta os recursos necessários para tal, nos termos do Capítulo VI; e
- g) quando considerar relevante, solicitar à Área de Tecnologia da Informação (ATI) ou à Área Jurídica (AJ), dando conhecimento à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES, o registro de domínios na internet referentes aos produtos, programas e linhas de financiamento que estejam sob sua responsabilidade; bem como zelar pela manutenção desses registros.

III – Unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES:


- b) elaborar proposta de planejamento da utilização da marca de maneira estratégica para a melhoria da reputação do Sistema BNDES;
- m) zelar pelo registro de domínios de internet solicitados pela unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES, em parceria com a ATI, nos processos de registro no Brasil, e com a AJ, nos processos de registro no exterior.

IV –

- a) providenciar, no Brasil, o registro de domínios de internet que sejam de interesse do Sistema BNDES, inclusive dos solicitados pelas Unidades Fundamentais e pela unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES;
- b) dar conhecimento dos principais andamentos do processo de registro de domínios à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES e, se for o caso, aos demais interessados; e
- c) fornecer à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES e às Unidades Fundamentais, quando solicitado, informações sobre os domínios registrados sob sua responsabilidade.

V –



Thaís Fialto Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Demilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Taís Guida Pinheiro Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



254 45

	<p>Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º</p> <p>Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES</p> <p>Unidade Gestora: GP</p>
---	--

- d) dar conhecimento dos principais andamentos do processo de registro de domínios à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES e, se for o caso, aos demais interessados; e
- e) fornecer à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES e às Unidades Fundamentais, quando solicitado, informações sobre os domínios registrados sob sua responsabilidade."

"Art. 9º Durante os procedimentos internos de criação de produto, programa, linha de financiamento, fundo ou qualquer serviço a ser prestado pelas empresas do Sistema BNDES, a Unidade Fundamental interessada, por meio de seu Superintendente, poderá consultar previamente a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES a respeito da pertinência da marca a ser criada.

Parágrafo Único. A unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES poderá sugerir a reformulação da marca a ser criada."

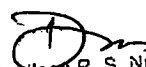
"Art. 11. O Superintendente da Unidade Fundamental interessada deverá encaminhar "Formulário de Solicitação de Registro de Marca" à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES, conforme modelo previsto no Anexo I desta Resolução."

"Art. 12. Uma vez recebido o formulário, a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES emitirá parecer técnico sobre a solicitação."

"Art. 13. Emitido o parecer técnico, a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES encaminhará a documentação do processo para autorização do Chefe de Gabinete da Presidência ou do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEPOC.


Parágrafo Único. Aprovada a solicitação de registro de marca, a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES encaminhará a documentação do processo e solicitará a adoção das providências cabíveis ao Departamento Jurídico do Gabinete da Presidência (GP/DEJUR), no caso de registro nacional, ou ao Departamento de Consultoria Jurídica Internacional da Área Jurídica (AJ/COJINT), no caso de registro no exterior."


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe do Departamento
GP/DEJUR


Taís Guida Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

25816
7

"Art. 14.

Parágrafo Primeiro. Verificado alto risco de colidência com marca já registrada, o GP/DEJUR recomendará à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES:

Parágrafo Segundo. No caso do parágrafo primeiro deste artigo, caberá à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES avaliar as recomendações formuladas pelo GP/DEJUR e, se for o caso, adotar as providências necessárias a fim de atendê-las, podendo consultar as Unidades Fundamentais interessadas.

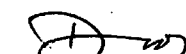
Parágrafo Terceiro. A unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES reencaminhará ao GP/DEJUR o "Formulário de Solicitação de Registro de Marca", com os ajustes considerados pertinentes, ou solicitará o prosseguimento das providências para o registro da marca, conforme inicialmente requerido.

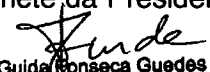
"Art. 15. Caberá ao GP/DEJUR e ao AJ/COJINT acompanhar os processos administrativos de registro de marcas em curso no INPI ou em entidades responsáveis pelo registro de marcas no exterior, respectivamente, devendo comunicar à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES os fatos relevantes ocorridos nestes processos, tais como:

I – exigências ou incidentes processuais que demandem manifestação da unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES ou da Unidade Fundamental interessada;

"Art. 22. O Formulário de Requisição de Autorização de Uso de Marca será encaminhado à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES para avaliação conforme critérios expostos no art. 16; a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES produzirá então documento próprio com seu parecer quanto ao mérito da autorização, a ser submetido à aprovação da Chefia de Gabinete da Presidência ou da Chefia da


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guida Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

28947.



Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º
Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES
Unidade Gestora: GP

Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEPOC."

"Art. 24. Após a aprovação do Diretor responsável ou do delegatário, o Formulário de Requisição de Autorização de Uso de Marca será remetido à Unidade que presta serviços jurídicos à Unidade Fundamental interessada, para que haja a formalização da autorização mediante assinatura do Termo de Autorização de Uso, no qual ficará caracterizada a finalidade e o período do uso de marca por terceiro, conforme modelo previsto no Anexo II desta Resolução."

"Art. 25. O Termo de Autorização de Uso será assinado pelo Diretor da Unidade Fundamental interessada, permitida a delegação, observado o disposto no Estatuto Social do BNDES."

"Art. 27.

I – enviar, após a assinatura, cópia digitalizada de Termo de Autorização de Uso à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES;


III – encaminhar à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES informações sobre eventual uso indevido ou incorreto de marca ocorrido em decorrência da autorização;

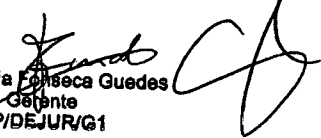
IV – consultar a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES em caso de dúvidas sobre a correta aplicação da marca."

"Art. 30. A Nota Técnica será encaminhada à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES para avaliação conforme critérios expostos no art. 16; a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES produzirá então documento próprio com seu parecer quanto ao mérito do licenciamento, a ser submetido à aprovação da Chefia de Gabinete da Presidência ou da Chefia da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEPOC."

"Art. 31. A Nota Técnica será, então, acrescida do documento da unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES e encaminhada para decisão do Diretor responsável pela Unidade Fundamental interessada, sendo permitida a delegação ao Superintendente da referida Unidade."


Thaís Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Taís Guida Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

“Art. 32. Após a aprovação do Diretor responsável ou do delegatário, a documentação do processo será remetida à Unidade que presta serviços jurídicos à Unidade Fundamental interessada, para que haja a formalização do licenciamento mediante assinatura de instrumento de Licença de Uso de Marca, na forma epistolar, em duas vias, no qual ficará caracterizada a finalidade e o período do uso de marca por terceiro, conforme modelo previsto no Anexo III desta Resolução.”

“Art. 33. O instrumento de Licença de Uso de Marca será assinado pelo Diretor da Unidade Fundamental interessada, permitida a delegação, observado o disposto no Estatuto Social do BNDES.”

“Art. 36.

I – enviar, após as assinaturas, cópia digitalizada do instrumento de Licença de Uso de Marca à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES;

.....
III – encaminhar à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES informações sobre eventual uso indevido de marca ocorrido em decorrência do licenciamento;

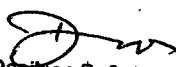
IV – consultar a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES em caso de dúvidas sobre a correta aplicação da marca.”

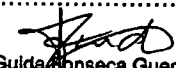
“Art. 40.

Parágrafo Segundo. Na hipótese prevista no Parágrafo Primeiro, a Unidade Fundamental responsável pelo acompanhamento da execução do instrumento jurídico pertinente poderá consultar a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES a respeito da conveniência de se dispensar a exposição da marca.”


“Art. 41. Nos casos em que tiver notícia do uso indevido de marca da família BNDES, a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES deverá avaliar os danos oriundos de tal ação, podendo adotar as seguintes providências:


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Taís Guida Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

264 49

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

III – na hipótese de o uso indevido da marca não ter cessado totalmente após as providências enumeradas acima, a unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES poderá solicitar ao Departamento de Contencioso do BNDES (AJ/DECON) que avalie, entre outras providências:

.....”

“Art. 42.”

II – no caso de uso da marca em peça de divulgação de projeto ou ação que não esteja sob a sua responsabilidade: comunicar o uso incorreto à Ouvidoria do BNDES ou à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES.”

“Art. 43. Nos casos de denúncias recebidas pela Ouvidoria, Central de Atendimento, Portal da Internet ou qualquer outro meio, caberá à unidade responsável pela gestão de marcas no Sistema BNDES:

.....”

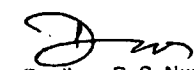
“Art. 46. Os casos omissos nesta Resolução poderão ser submetidos à deliberação do Chefe de Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEPOC.”

Art. 5º O Regulamento para a Filiação do BNDES a Entidades Brasileiras sem fins lucrativos, aprovado pela Resolução DIR nº 2.952/2016 - BNDES, de 16.02.2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º. As solicitações de filiação de iniciativa das entidades brasileiras deverão ser encaminhadas à Gerência de Promoção e Eventos do Departamento de Divulgação (GP/DEDIV/GEVEN) que providenciará o envio para as Unidades Fundamentais do BNDES que tenham pertinência temática com a atividade exercida pela entidade brasileira para que avaliem o mérito da solicitação, adotando, se for o caso, as providências previstas no artigo 5º deste Regulamento.

.....”


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guida Figueira Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

“Art. 5º. As solicitações de filiação de iniciativa das Unidades Fundamentais deverão ser encaminhadas por memorando diretamente à Gerência de Promoção e Eventos do Departamento de Divulgação (GP/DEDIV/GEVEN).”

“Art. 6º. A GP/DEDIV/GEVEN elaborará Informação Padronizada encaminhando a solicitação de filiação do BNDES à entidade brasileira, bem como indicando a respectiva rubrica orçamentária à qual a despesa deverá ser apropriada.”

“Art. 8º. Após a análise de que trata o artigo 7º, a GP/DEDIV/GEVEN deverá encaminhar a Informação Padronizada para posterior decisão da autoridade competente.”

“Art. 12. Até o dia 30 de novembro de cada ano, a GP/DEDIV/GEVEN deverá enviar memorando à(s) Unidade(s) Fundamental(is) que se manifestou(aram) favoravelmente à filiação à respectiva entidade brasileira e à(s) Unidade(s) Fundamental(is) que tenha(m) pertinência temática com a atividade exercida pela entidade brasileira, consultando sobre o interesse na manutenção da filiação.

Parágrafo único. A GP/DEDIV/GEVEN está dispensada do procedimento previsto neste capítulo no ano em que a filiação à entidade brasileira for realizada após a data prevista no *caput* deste artigo.”

“Art. 13.

Parágrafo primeiro. O memorando com a manifestação pela manutenção da filiação deverá ser encaminhado à GP/DEDIV/GEVEN até o dia 30 de dezembro de cada ano, admitida prorrogação do prazo mediante justificativa.”

“Art. 14. A GP/DEDIV/GEVEN deverá preencher formulário próprio, na forma do modelo constante no Anexo II do presente Regulamento, por meio do qual submeterá a manifestação pela manutenção da filiação para decisão da autoridade competente.”


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Taís Guildea Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

“Art. 15. A alteração da categoria da filiação originalmente autorizada dependerá do envio à GP/DEDIV/GEVEN pela(s) Unidade(s) Fundamental(is) interessada(s) de memorando que deverá conter expressamente:

.....”

“Art. 16. A GP/DEDIV/GEVEN deverá preencher formulário próprio, na forma do modelo constante no Anexo II do presente Regulamento, por meio do qual submeterá a solicitação de alteração da categoria de filiação para decisão da autoridade competente.”

“Art. 17. A desfiliação do BNDES às entidades brasileiras às quais esteja filiado poderá ocorrer a qualquer tempo, observadas as disposições estatutárias e demais disposições legais aplicáveis, nos seguintes casos:

I — manifestação do Chefe de Gabinete da Presidência no sentido da desfiliação à entidade brasileira, permitida delegação ao Chefe do GP/DEDIV;

.....”

“Art. 18. A GP/DEDIV/GEVEN deverá comunicar formalmente à entidade brasileira a desfiliação do BNDES arquivando na respectiva pasta a comprovação da realização da comunicação.”

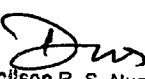
“Art. 22. A GP/DEDIV/GEVEN deverá comunicar formalmente à entidade brasileira à qual o BNDES esteja filiado, a substituição do representante do BNDES.”

“Art. 23. A competência para aprovação, manutenção ou alteração de categoria da filiação será do Chefe de Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.”


“Art. 26. A GP/DEDIV/GEVEN deverá comunicar formalmente à entidade à qual o BNDES se filiar que a utilização de marcas de propriedade do Banco deverá sempre ser precedida de autorização do representante do BNDES referido no artigo 5º, parágrafo primeiro, inciso VI deste Regulamento.”

“Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe de Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.”


Thais Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/Q2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guimaraes Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

208 52
9

Art. 6º O Anexo II do Regulamento para a Filiação do BNDES a Entidades Brasileiras sem fins lucrativos, aprovado pela Resolução DIR nº 2.952/2016 - BNDES, de 16.02.2016, passa a vigorar na forma prevista no Anexo I da presente Resolução.

Art. 7º O Regulamento para a Edição das Publicações Internas e Externas do BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 2.960/2016 - BNDES, de 08.03.2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

IV - elaborar anualmente o planejamento editorial do Sistema BNDES e submetê-lo à aprovação da Chefia de Gabinete da Presidência ou da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, tendo em vista as orientações estratégicas do Sistema BNDES;

....."

"Art. 8º

§ 2º Com base nas informações coletadas e de acordo com o inciso II, do artigo 4º, a GP/DEDIV/GEDIT submeterá um planejamento anual à aprovação da Chefia de Gabinete da Presidência ou da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV.

....."

"Art. 9º

Parágrafo único. O formulário mencionado no *caput* deste artigo será analisado pela GP/DEDIV/GEDIT, que poderá encaminhá-lo a pareceristas, se for necessário, com o posterior envio de um parecer sobre a publicação ou não do material à Chefia de Gabinete da Presidência ou da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV."

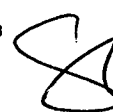
"Art. 14.

Parágrafo único. Serão classificadas também como publicações periódicas regulares ou irregulares, conforme for o caso, aquelas publicações aprovadas pela Chefia de Gabinete da Presidência ou da Secretaria Executiva do



Thais Freire Barçella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guida Pinheira Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



24/5/16

	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	--

Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, a partir de encaminhamento da GP/DEDIV/GEDIT.”

“Art. 18.

§ 4º A aprovação do conteúdo do Relatório Anual de Atividades ficará a cargo do Comitê Gerencial.”

“Art. 22.

§ 1º Serão classificadas também como periódicas internas aquelas publicações aprovadas pela Chefia de Gabinete da Presidência ou da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, permitida a delegação ao Chefe do GP/DEDIV, a partir de encaminhamento da GP/DEDIV/GEDIT.

Art. 8º. Fica revogado Ato de Designação GP Nº 01/2016 – BNDES, de 14.04.2016.


Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 05 JUL. de 2016



Maria Sílvia Bastos Marques
Presidente


Thaís Freire Sardella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Taís Guido Fonseca Guedes
Gerente
GP/DEJUR/G1



	Classificação: Controlado até a edição do ato decisório de aprovação - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES Unidade Gestora: GP
---	---

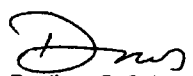
286 54
9


ANEXO I

ANEXO II AO REGULAMENTO PARA A FILIAÇÃO DO BNDES A ENTIDADES BRASILEIRAS SEM FINS LUCRATIVOS

FORMULÁRIO DE MANUTENÇÃO DA FILIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA CATEGORIA DE FILIAÇÃO A ENTIDADES BRASILEIRAS SEM FINS LUCRATIVOS	
<input type="checkbox"/> MANUTENÇÃO DA FILIAÇÃO <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DA CATEGORIA DE FILIAÇÃO	
NOME DA ENTIDADE:	DATA DA FILIAÇÃO:
U.F. INTERESSADA:	Nº MEMORANDO DA UF:
Análise da manifestação da Unidade Fundamental interessada: <input type="checkbox"/> O pleito está de acordo com o Regulamento para Filiação do BNDES a Entidades Brasileiras sem fins lucrativos. <input type="checkbox"/> Não é possível atender à solicitação de manutenção da filiação/alteração de categoria de filiação, pelas razões abaixo expostas.	
preparado por	Gerente da GP/DEDIV/GEVEN
DATA DA AUTORIZAÇÃO	CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO


Thais Freire Sardiella
Gerente
GP/DEJUR/G2


Denilson R. S. Nunes
Chefe de Departamento
GP/DEJUR


Tais Guedes Fonseca
Gerente
GP/DEJUR/G1



Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

287
SS

ANEXO III ao Contrato OCS nº 528/2016

Editais do Concurso AARH nº 04/2016 - BNDES



18


Maurício Prado
Advogado

268 56
m/

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

EDITAL

CONCURSO AARH Nº 04/2016 – BNDES

OBJETO: Contratação de ao menos 73 (setenta e três) espetáculos musicais, para integrar os espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018”, conforme descrito neste Edital e nos seguintes Anexos que o integram:

- Anexo I - GUIA DE REFERÊNCIA RÁPIDA
- Anexo II - PROCURAÇÃO (modelo)
- Anexo III - MINUTA DE CONTRATO
- Anexo IV - ATESTADO DE VISTORIA
- Anexo V - MAPA DE PALCO E RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO AUDITÓRIO ARINO RAMOS FERREIRA
- Anexo VI - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: de 05/10/2016 até 22/11/2016.

PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO: A inscrição deverá ser efetuada através de preenchimento de **FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSCRIÇÃO**, disponível na página do Espaço Cultural BNDES (www.bndes.gov.br/espacobndes) e no site <http://www.bndes.gov.br>, e posterior envio da documentação de habilitação.

DÚVIDAS SOBRE O CONCURSO: As dúvidas acerca do presente Concurso, bem como as solicitações de informações adicionais deverão ser encaminhados à Gerência de Licitações 3 do **BNDES**, até 4 (quatro) dias úteis anteriores à data de encerramento das inscrições, através do e-mail licitacao_quintas@bndes.gov.br, devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Concurso AARH nº 04/2016 – **BNDES**). As respostas serão divulgadas na página do Espaço Cultural BNDES: www.bndes.gov.br/espacobndes e no site <http://www.bndes.gov.br>

S

**EDITAL – BNDES****Concurso AARH - 04/2016****Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto "Quintas no BNDES" e "QUARTAS
INSTRUMENTAIS"**

ACOMPANHAMENTO DOS ATOS DO CONCURSO: Os avisos, as respostas a questionamentos, os resultados de julgamento e a homologação do presente Concurso serão divulgados no endereço eletrônico www.bndes.gov.br/espacobndes e no site <http://www.bndes.gov.br>

CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS: Críticas, reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pelo **BNDES** de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à Ouvidoria do **BNDES**, por meio eletrônico (através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrônico www.bndes.gov.br/ouvidoria), por meio postal (Caixa Postal 15054, CEP nº 20.031-120, Rio de Janeiro – RJ) ou pelo telefone 0800-7026307.

2



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

278 58
7/1

CONCURSO AARH Nº 04/2016 – BNDES

EDITAL

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – **BNDES**, por intermédio de sua Gerência de Licitações 3, nos termos do disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e na Resolução nº 1.985 - **BNDES**, de 10/08/2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberta licitação, na modalidade Concurso, para a contratação de ao menos 73 (setenta e três) espetáculos artísticos de música brasileira, dos gêneros “Música Erudita”, “Música Popular/Instrumental”, “Música Popular/Cantada” e “Especial: Tributo à Tropicália”, em trabalhos individuais ou coletivos, para integrarem a Temporada 2017-2018 dos Projetos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

1 OBJETO

1.1 O presente Concurso visa à contratação de ao menos 73 (setenta e três) espetáculos artísticos de música brasileira, dos gêneros “Música Erudita”, “Música Popular/Instrumental”, “Música Popular/Cantada” e “Especial: Tributo à Tropicália”, em trabalhos individuais ou coletivos, para integrarem a Temporada 2017-2018 dos Projetos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, com previsão de início a partir de março de 2017, compondo a programação cultural do Espaço Cultural BNDES, com apresentações no Teatro Arino Ramos Ferreira, bem como formação de Cadastro de Reserva.

2 PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS ESPETÁCULOS

2.1 Os espetáculos artísticos de música a serem contratados no âmbito deste Concurso serão selecionados, segundo a ordem de classificação, dentro de cada categoria, para realização a partir de março de 2017, compondo um mínimo de 10 (dez) e um máximo de 13 (treze) meses de programação do Espaço Cultural BNDES. Os projetos selecionados serão agendados em dia e mês a serem definidos pelo **BNDES**, respeitada a disponibilidade de datas do(s) músico(s) envolvido(s), bem como os dias e horários de funcionamento do Teatro do Espaço Cultural BNDES ou do local posteriormente designado.

2.2 Em casos de shows cancelados para a Temporada 2017-2018 nas datas disponíveis, os espetáculos que comporão o Cadastro de Reserva poderão vir a ser

3
5/1

realizados em substituição a cancelamentos, respeitada a ordem de classificação dentro de cada categoria do Concurso.

2.3 A programação poderá sofrer alterações, a critério do **BNDES**, se possível sendo designada outra data para a realização da apresentação que não tiver sido realizada.

2.4 Na impossibilidade de compatibilização entre a disponibilidade de datas do(s) músico(s) e a disponibilidade de data de apresentação no Teatro do Espaço Cultural BNDES, o projeto será remanejado para o fim do Cadastro de Reserva.

3 Horários, local e demais condições de realização dos espetáculos

3.1 Os Projetos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS” são abertos ao público e gratuitos.

3.2 Todos os espetáculos serão realizados uma única vez por temporada no Teatro Arino Ramos Ferreira, do Espaço Cultural BNDES, localizado no Edifício de Serviços do BNDES - EDSERJ, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou em local equivalente, na cidade do Rio de Janeiro, a ser definido pelo **BNDES**.

3.3 A programação do Projeto “QUINTAS NO BNDES” prevê que os espetáculos dos gêneros “Música Popular/Cantada” e “Especial: Tributo à Tropicália” realizar-se-ão sempre às quintas-feiras, em horário noturno a ser definido pelo **BNDES**. No caso do gênero “Especial: Tributo à Tropicália”, os espetáculos serão realizados nos dias 5, 19 e 26 de outubro de 2017. A programação do Projeto “QUARTAS INSTRUMENTAIS” prevê que os espetáculos dos gêneros “Música Erudita” e “Música Popular/Instrumental” serão realizados às quartas-feiras, em horário noturno a ser definido pelo **BNDES**.

3.4 As apresentações musicais deverão ter a duração compreendida entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) minutos.

3.5 Em caso de lotação do Teatro Arino Ramos Ferreira, prevê-se a possibilidade de veiculação simultânea do espetáculo, através de aparelhos de TV localizados junto à entrada do teatro, no saguão externo do **BNDES**.

3.6 Os espetáculos serão gravados e poderão ser exibidos, a critério exclusivo do **BNDES**, em emissora pública de comunicação, dentro da programação a ser estabelecida pela mesma.

3.7 Os espetáculos serão apresentados no Teatro Arino Ramos Ferreira, o qual tem capacidade total para 384 (trezentas e oitenta e quatro) pessoas e dispõe de:

- 366 (trezentos e sessenta e seis) cadeiras comuns;
- 14 (quatorze) cadeiras removíveis (para cadeirantes);
- 4 (quatro) cadeiras para obesos;



27260
nj

- 1 (um) palco com as seguintes dimensões: 15,40m de boca de cena, 6m de profundidade e 5,32m de altura;
- 6 (seis) camarins com banheiros masculino e feminino privativos, sendo 3 (três) de cada lado do palco;
- Café e água a partir das 10h00 nas coxias e a partir das 16h00 nos camarins;
- Sistema de intercomunicação (ramal interno) entre a cabine de som e as coxias;
- Energia elétrica, com carga total disponível para iluminação de: 248 circuitos de 3 kW, com capacidade de utilização simultânea de 15% (37 circuitos de 3kW, ou 111,6 kVA) e para sonorização de: 50A;
- Projetor multimídia; e
- Equipamentos de som e iluminação, conforme listagem e mapas contidos no **ANEXO V - MAPA DE PALCO E RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO TEATRO.**

3.8 Os equipamentos de som e de iluminação contidos no **ANEXO V – MAPA DE PALCO E RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO TEATRO** poderão ser utilizados mediante assinatura de Termo de Responsabilidade.

3.9 Os interessados poderão utilizar equipamentos próprios, desde que assumam integralmente a responsabilidade e arquem com todos os custos necessários para transporte, instalação e utilização dos mesmos.

3.10 O teatro será disponibilizado ao(s) artista(s) e respectivas equipes a partir das 10h00 da data designada para realização do espetáculo, salvo em situações excepcionais.

3.11 Aos produtores de cada espetáculo serão disponibilizados 10 (dez) ingressos.

4 Classificação dos espetáculos por categorias, gênero e faixas de cachê

4.1 A Temporada 2017-2018 será composta por espetáculos de 3 (três) diferentes categorias, a saber: RENOME; DESTAQUE; e NOVOS TALENTOS.

4.2 A Temporada 2017-2018 será composta por 4 (quatro) diferentes gêneros: Música Erudita, Música Popular/Instrumental, Música Popular/Cantada e Especial: Tributo à Tropicália (gênero de música popular destinado a homenagear compositores e intérpretes do movimento denominado “Tropicália”, que em 2017 completa 50 anos).

4.2.1 Os gêneros Música Erudita e Música Popular/Instrumental serão julgados separadamente, mas concorrerão juntos às vagas para apresentações às quartas-feiras pelo projeto “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, reservando-se um mínimo de 30% das vagas para cada um destes gêneros e ficando as vagas remanescentes para livre concorrência entre projetos de ambos os gêneros, segundo as notas finais alcançadas;

4.2.1.1 No caso de cancelamento(s) de espetáculo(s) dos gêneros Música Erudita e Música Popular/Instrumental que se encontrem após a colocação correspondente ao

8

mínimo de 30% das vagas garantidas para um ou outro gênero, o(s) novo(s) projeto(s) a ser(em) chamado(s) respeitarão tão somente a ordem das notas de classificação, não devendo o(s) projeto(s) cancelado(s) ser(em) necessariamente substituído(s) por projeto(s) do mesmo gênero.

4.3 Dentro de cada categoria, ainda, o projeto de espetáculo musical poderá se encaixar em 02 (duas) faixas de cachê: Faixa “A”, destinada a espetáculos compostos por até 02 (dois) músicos, e Faixa “B”, destinada a espetáculos compostos por mais de 02 (dois) músicos. Para o enquadramento em uma ou outra faixa de cachê, será considerado o número total de músicos contemplados no projeto (incluídos os músicos de apoio).

4.3.1 A despeito da existência de 02 (duas) faixas de cachê dentro de cada categoria, os projetos de mesmo gênero inscritos para uma mesma categoria concorrerão entre si de modo isonômico. A diferença entre as faixas de cachê tem efeito apenas remuneratório, sem influenciar ou criar quaisquer formas de diferenciação no que se refere à avaliação dos projetos.

5 Valores destinados à remuneração dos espetáculos segundo categorias e faixas de cachê e número total de vagas por Categoria / Gênero

5.1 A remuneração pertinente à realização do espetáculo será efetuada de acordo com cada uma das categorias discriminadas adiante, e segundo o número de músicos listados na ficha técnica de cada espetáculo:

a) Categoria “RENOME”:

Faixa “A” (até 2 músicos) – R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)
Faixa “B” (3 ou mais músicos) – R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)

b) Categoria “DESTAQUE”:

Faixa “A” (até 2 músicos) – R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Faixa “B” (3 ou mais músicos) – R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

c) Categoria “NOVOS TALENTOS”:

Faixa “A” (até 2 músicos) – R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
Faixa “B” (3 ou mais músicos) – R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

5.2 O valor global de recursos necessários para a remuneração dos espetáculos será de até R\$ 1.692.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil reais) para a Temporada 2017-2018, a ser utilizado de acordo com a quantidade, categoria e faixa de cachê dos espetáculos a serem selecionados, respeitando-se a ordem de classificação dos espetáculos dentro de cada categoria.

5.3 Serão contratados os projetos classificados dentro do quantitativo mínimo a seguir:

CATEGORIAS	GÊNEROS	VAGAS	TOTAL DE VAGAS POR CATEGORIA
RENOME	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	11 (mínimo de 4 vagas para cada gênero)	21
	Música Popular/Cantada	9	
	Especial: Tributo à Tropicália	1	
DESTAQUE	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	12 (mínimo de 4 vagas para cada gênero)	22
	Música Popular/Cantada	9	
	Especial: Tributo à Tropicália	1	
NOVOS TALENTOS	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	14 (mínimo de 5 vagas para cada gênero)	30
	Música Popular/Cantada	15	
	Especial: Tributo à Tropicália	1	

5.4 Os valores mencionados nas alíneas do item 5.1 destinam-se ao pagamento de todas as despesas necessárias para a realização do espetáculo, tais como: cachê artístico; cachê para técnicos de sonorização e iluminação; instrumentos musicais; equipamentos extras que não constam da estrutura do Teatro Arino Ramos Ferreira; transporte, montagem e desmontagem e outras necessárias à realização do espetáculo, assim como as despesas de transporte, hospedagem, alimentação do(s) músico(s) e da equipe técnica, tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, a licença, na forma do item 6.9, para utilização dos direitos autorais, conexos e de imagem dos músicos, ressalvado o pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, relativo à apresentação do espetáculo, que correrá por conta do **BNDES**.

5.5 Os valores mencionados estão sujeitos à retenção de impostos, conforme a legislação vigente.

5.6 O **BNDES** efetuará o pagamento referente à prestação do serviço, por meio de crédito em conta bancária, em 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou do Recibo de Pagamento à Autônomo (RPA), conforme o caso, após a realização do espetáculo e em conformidade com o projeto de espetáculo apresentado no ato da inscrição.



5.7 O pagamento referido no item acima ficará condicionado à aceitação, pelo Gestor do Contrato, do serviço prestado.

5.8 Utilização do Cadastro de Reserva:

5.8.1 Os projetos classificados fora do quantitativo mínimo estabelecido no item 5.3 comporão um Cadastro de Reserva segundo categoria e gênero, conforme quadro a seguir:

CATEGORIAS	GÊNEROS	CADASTRO DE RESERVA
RENOME	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	Da 12ª até a 22ª posição
	Música Popular/Cantada	Da 10ª até a 20ª posição
	Especial: Tributo à Tropicália	Da 2ª até a 5ª posição
DESTAQUE	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	Da 13ª até a 22ª posição
	Música Popular/Cantada	Da 10ª até a 20ª posição
	Especial: Tributo à Tropicália	Da 2ª até a 5ª posição
NOVOS TALENTOS	Música Erudita e Música Popular/Instrumental	Da 15ª até a 30ª posição
	Música Popular/Cantada	Da 16ª até a 30ª posição
	Especial: Tributo à Tropicália	Da 2ª até a 5ª posição

5.8.2 A critério do **BNDES**, conforme a necessidade de sua programação e mediante a disponibilidade de recursos dentro do valor global máximo de R\$ 1.692.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil reais), poderão ser contratados projetos do Cadastro de Reserva, respeitando a ordem de classificação dentro de cada lista segundo categoria e gênero, de acordo com os critérios a seguir:

5.8.2.1 O primeiro dos critérios será o da necessidade de completar ou equilibrar os quantitativos da temporada. Desta forma, caso faltem espetáculos para a programação do “QUINTAS NO BNDES” ou para o “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, a primeira chamada será para a programação que necessite de espetáculos para preenchimento do seu calendário.

27/64

5.8.2.2 O segundo critério é, após estabelecida qual programação (“QUINTAS NO BNDES” ou “QUARTAS INSTRUMENTAIS”) necessita de espetáculos para preencher o calendário, definir que serão convocados tantos espetáculos quantos sejam necessários, na proporção de vagas de cada programação. Assim, no “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, cujas vagas se destinam aos gêneros “Música Erudita” e “Música Popular/Instrumental”, a proporção é de uma vaga para cada categoria, e no “QUINTAS NO BNDES” é de duas para “NOVOS TALENTOS”, uma para “DESTAQUE” e uma para “RENOME”, sendo chamado(s) o(s) primeiro(s) projeto(s) do(s) cadastro(s) de reserva do gênero “Música Popular/Cantada”.

5.8.2.3 Como terceiro critério, devido ao objetivo do projeto de incentivar o desenvolvimento artístico brasileiro, a primeira vaga chamada será de NOVOS TALENTOS, seguindo-se um proponente da categoria DESTAQUE e, depois, da categoria RENOME.

5.8.2.4 Assim, como exemplo, caso haja uma vaga para o “QUINTAS NO BNDES”, será chamado o primeiro colocado do cadastro de reserva, no gênero “Música Popular/Cantada”, categoria NOVOS TALENTOS.

5.8.2.5 No caso de espetáculo(s) dos gêneros Música Erudita e Música Popular/Instrumental, o(s) projeto(s) a ser(em) chamado(s) respeitarão tão somente a ordem das notas de classificação, não devendo o(s) projeto(s) cancelado(s) ser(em) necessariamente substituído(s) por projeto(s) do mesmo gênero.

5.8.2.6 Como o gênero “Especial” prevê uma quantidade fixa e determinada de datas, a utilização do cadastro de reserva só se dará em caso de substituição de algum espetáculo cancelado previamente.

5.8.2.7 Em caso de inexistência de projetos classificados para determinada categoria em determinado gênero, e em caso de necessidade de contratação de projetos de tal gênero, será possível convocar projeto do mesmo gênero de categoria imediatamente inferior ou, em caso de inexistência de projetos em categoria inferior, projeto do mesmo gênero de categoria superior.

6 Condições e informações necessárias à participação no Concurso

6.1 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis na página do **BNDES** na *internet*, www.bndes.gov.br/espacobndes e no site <http://www.bndes.gov.br> e no Protocolo do **BNDES** (Av. República do Chile, 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro/RJ).

6.2 Prazo de inscrição: O período das inscrições será de 05/10/2016 a 22/11/2016.

6.2.1 Local da Inscrição: Os interessados em participar do Concurso deverão **encaminhar por meio postal** (em correspondência registrada e com aviso de recebimento – AR), **ou entregar no Protocolo do Edifício de Serviços do BNDES**, na cidade do Rio de Janeiro - EDSERJ, situado na Av. República do Chile, nº 100,



Centro, CEP 20031-917, em dias úteis, no horário das 8h30 às 17h30min, **UM ENVELOPE/VOLUME LACRADO** identificado externamente na forma do item 7.5.

6.2.2 A documentação referida no item acima deverá ser **efetivamente postada** em qualquer agência dos Correios (em correspondência registrada e com aviso de recebimento – AR) ou **entregue** no protocolo do **BNDES**, situado na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, com funcionamento das 8h30 às 17h30, em dias úteis, **até o último dia do prazo das inscrições**, devendo ser observado o **item 7** deste EDITAL.

6.2.3 O **BNDES** não se responsabiliza por inscrições efetuadas fora do endereço mencionado no **item 6.2.1** e/ou postados fora do último dia de prazo previsto para o término das inscrições.

6.3 Quem pode inscrever projetos (“proponentes”): A inscrição nesse Concurso será gratuita e aberta a músicos ou grupos de músicos, bem como aos respectivos procuradores (pessoas jurídicas ou físicas), desde que o(s) músico(s) que compõem a persona artística sejam brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros residentes no Brasil, com atuação comprovada na música brasileira no país. Nesta última hipótese, o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA** deve vir acompanhado de cópia do RNE do(s) músico(s), onde conste a data de entrada no território brasileiro ou documento equivalente hábil a comprovar sua residência no Brasil. Para a comprovação de atuação na música brasileira será necessário enviar, por exemplo: material de divulgação com comprovação da respectiva veiculação em meio de comunicação brasileiro de grande circulação, contrato celebrado com o músico no Brasil cujo objeto seja a realização de projeto de música brasileira ou documento emitido por órgãos oficiais brasileiros ou órgão da administração pública que ateste a participação do(s) músico(s) em projetos de música brasileira.

6.3.1 Para fins do presente Concurso, entende-se como “persona artística” o(s) músico(s) ou banda/formação cujo(s) nome(s) esteja(m) à frente do espetáculo e que apresente(m) uma identidade de gênero musical e/ou estilo, bem como currículo e/ou trajetória artística que a singularize; um mesmo músico pode compor personas artísticas diferentes, como, por exemplo, John Lennon em carreira solo e John Lennon como integrante do grupo Beatles.

6.4 Inscrição realizada por músico ou grupo de músicos: Um músico ou grupo de músicos poderá inscrever somente 01 (um) projeto sob a mesma persona artística, sob pena de desclassificação dos demais projetos inscritos posteriormente. O **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA** do projeto deve ser rubricado e assinado por cada músico que seja integrante da persona artística, sob pena de desclassificação. Em caso de inscrição para retificação de projeto já inscrito, é obrigatório declarar, no formulário de inscrição, que se trata de inscrição retificadora, sob pena de desclassificação por omissão da informação.

6.5 Inscrição realizada por procurador: Os músicos poderão optar pela inscrição de seu projeto de espetáculo por intermédio de procurador. Neste caso, cada persona artística somente poderá ser representada por 01 (um) único procurador, comprovadamente constituído, sob pena de desclassificação dos projetos inscritos. O



27866
mj

PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA de cada projeto deve vir rubricado e assinado pelo procurador e acompanhado da respectiva **procuração outorgada pelo(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística, com firma(s) reconhecida(s)**, conforme modelo em anexo ao Edital, sob pena de desclassificação.

6.5.1 Um mesmo procurador poderá inscrever mais de 01 (um) projeto de espetáculo, desde que referentes a personas artísticas diferentes, devendo os projetos serem obrigatoriamente inscritos separadamente, cada um com seu **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTA**, sob pena de desclassificação.

6.5.2 O **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online é dividido em duas partes – a primeira refere-se à inscrição de proponente e a segunda, à inscrição de proposta; nos casos em que um mesmo proponente deseje inscrever mais de uma proposta, não necessitará refazer sua inscrição de proponente online, e sim preencher diferentes formulários de proposta (um para cada projeto), indicando número (CNPJ, CPF) que comprove seu prévio cadastro de proponente.

6.6 Caberá ao proponente, no campo próprio do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, a indicação da persona artística do espetáculo, bem como o preenchimento da ficha técnica do espetáculo com informações sobre cada músico que participa do projeto, seja como parte da persona artística ou como músico de apoio, sendo facultado à Subcomissão de Seleção, nos termos do item 8.4 deste EDITAL, realizar diligências a fim de aferir a autenticidade das informações prestadas.

6.7 O interessado deverá promover o autoenquadramento, segundo sua livre convicção, em uma das categorias e faixas de cachê citadas no item 5.1 (“RENOME”, “DESTAQUE” ou “NOVOS TALENTOS”; Faixa “A” ou Faixa “B”), e em um dos gêneros citados no item 5.3 (“MÚSICA ERUDITA”, “MÚSICA POPULAR/INSTRUMENTAL”, “MÚSICA POPULAR/CANTADA” ou “ESPECIAL: TRIBUTO À TROPICÁLIA”), sendo de sua inteira responsabilidade a escolha da categoria, da faixa de cachê e do gênero em que irá concorrer. Não serão permitidas alterações após o término do prazo para realização da inscrição. A falta de indicação de categoria e de faixa de cachê, ou a contradição na indicação, acarretará a desclassificação do projeto. Antes do término do prazo de inscrições serão aceitas alterações através de inscrições retificadoras, que automaticamente anularão os projetos indicados para retificação.

6.8 As apresentações serão gravadas e poderão ser exibidas, a critério exclusivo do **BNDES**, em rede pública de comunicação, dentro da programação a ser estabelecida pela emissora.

6.9 O ato de inscrição implica a ciência e autorização dos **PROPONENTES** ao **BNDES** para:

- a) efetuar registros audiovisuais do espetáculo apresentado nos Projetos “QUINTAS NO BNDES” ou “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, assim como utilizar as obras oriundas desses registros, com exclusividade por 30 (trinta) anos, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo o **BNDES** livremente delas se utilizar nas ações de comunicação do **BNDES**, mediante toda e qualquer ação de caráter institucional realizada através de campanhas publicitárias veiculadas em todo território nacional, em mídias como televisão,

8

jornais, revistas, rádios e internet, assim como peças voltadas para a comunicação com o público interno e externo, tais como folhetos, cartilhas, agendas, relatórios anuais e documentos internos, ou por quaisquer outras modalidades de utilização que venham a ser inventadas, bem como reproduzi-las parcial ou integralmente, para exibição em rede pública em todo território nacional, com transmissão e retransmissão nos veículos de comunicação, em especial rádio e televisão e mídia eletrônica (página eletrônica, canais de transmissão de vídeo como YouTube e mídia interna eletrônica, entre outras); e incluí-las em banco de dados, armazenamento em computador e demais formas de arquivamento utilizadas pelo **BNDES**.

b) utilizar a imagem, nome, prenome, nome artístico, dados biográficos, voz e sinais característicos de todos os músicos participantes do espetáculo apresentado nos Projetos “QUINTAS NO BNDES” ou “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, pelo período de 30 (trinta) anos, a contar da assinatura do instrumento contratual, para os mesmos fins especificados na alínea “a”, visando sempre a divulgação da imagem do **BNDES** e/ou dos Projetos “QUINTAS NO BNDES” ou “QUARTAS INSTRUMENTAIS”.

c) a veiculação simultânea do espetáculo, através de aparelhos de TV localizados junto à entrada do Teatro Arino Ramos Ferreira, no saguão externo do **BNDES**.

6.9.1 O termo de autorização será gerado junto com o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, que deve ser impresso, rubricado e assinado pelo proponente, e enviado ao **BNDES** para a formalização da inscrição, sob pena de descumprimento de um dos requisitos de habilitação do projeto e consequente desclassificação.

6.10 São vedadas as inscrições de projetos cujo proponente:

I. tenha sofrido decretação de falência ou dissolução, bem como aquele que esteja em processo de liquidação ou de recuperação judicial ou extrajudicial;

II. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, ou tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do disposto no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993;

III. esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com o **BNDES**, nos termos do disposto no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002;

IV. esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos II e III acima;

V. se enquadre em alguma das vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

VI. possua em seu contrato, estatuto social ou Certificado da Condição de Microempreendedor, finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Concurso;

VII. esteja organizado sob a forma de consórcio;

VIII. constitua persona artística que tenha se apresentado no Projeto “QUINTAS NO BNDES” nos anos de 2015 e 2016, ou no Projeto “QUARTAS CLÁSSICAS” no ano de 2016; e



28/68
m

IX. seja músico, sócio ou grupo de músicos que contenha empregado(s) ativo(s), aposentado(s) ou dirigente do Sistema BNDES.

6.11 Não serão aceitos espetáculos que tenham como objeto trabalhos musicais de cunho religioso ou partidário ou, ainda, no caso de espetáculos de classificação “Música Popular/ Instrumental” e “Música Popular/Cantada”, projetos que contemplem mais de 20% (vinte por cento) do repertório de canções de compositores que não sejam de nacionalidade brasileira.

6.12 No caso de espetáculos do gênero “Música Erudita”, faz-se a exigência de que pelo menos 02 (duas) das peças apresentadas sejam de compositor(es) de nacionalidade brasileira.

6.13 É **facultada** aos proponentes a realização de vistoria aos locais de prestação do serviço nas dependências do **BNDES** no município do Rio de Janeiro (EDSERJ – Av. República do Chile, 100 - Centro), durante o período de inscrições de projetos, até quatro dias úteis antes do término das inscrições. A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, entre 10h30 e 12h30 e entre 14h30 e 17h30. O agendamento poderá ser feito com Paulo Mauad (21) 2172-6701 ou com Leandro Turano (21) 3747-9506.

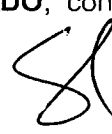
7 Formalização das Inscrições

7.1 A inscrição de proposta(s) no “Concurso para escolha de espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018” se dará em duas etapas: a primeira etapa é eletrônica, com o preenchimento do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online através da página do Espaço Cultural BNDES (www.bndes.gov.br/espacobndes) ou da página de licitações do Banco (<http://www.bndes.gov.br>); após o preenchimento integral do formulário, o sistema fornecerá ao proponente um número de cadastro do projeto e um **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, que deverá ser impresso. A segunda etapa é física, com o envio de envelope contendo o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA** impresso, rubricado e assinado, nos termos dos itens 6.4 e 6.5, acrescido dos documentos de identificação do(s) músico(s) e da documentação exigida para a habilitação.

7.1.1 Caso o proponente não imprima, logo após o preenchimento do formulário online, o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, não será posteriormente possível recuperar o documento online, devendo o proponente refazer a inscrição, utilizando o número do protocolo do projeto e clicando na opção “Retificação de projeto já inscrito para a Temporada 2017-2018”. Por isto, recomenda-se que logo após o preenchimento do formulário, o proponente imprima o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**.

7.2 A data de término das inscrições diz respeito à efetiva postagem nos Correios ou entrega no protocolo do **BNDES**, conforme item 6.2.2.

7.3 Para formalizar a sua inscrição, nos termos do item 6.2, o interessado deverá encaminhar ao **BNDES** um **ENVELOPE/VOLUME LACRADO**, contendo **OUTROS**



ENVELOPES (OU OUTRA FORMA DE ACONDICIONAR SEPARADAMENTE) COM A DOCUMENTAÇÃO referente a HABILITAÇÃO e PROPOSTA(S):

7.3.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, previstos no item 8.1. Na hipótese de um mesmo procurador realizar a inscrição de mais de um projeto, enviando os **PEDIDOS DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTA** num mesmo volume, só é necessário providenciar um **conjunto completo de documentos de habilitação, observado o disposto no item 6.5** deste EDITAL; e

7.3.2 DOCUMENTOS DE PROPOSTA: o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, a ser impresso ao final do preenchimento do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, **rubricado e assinado, acrescido dos documentos previstos no item 8.2.** Havendo mais de uma Proposta de Espetáculo, de personas artísticas diferentes, apresentadas por um mesmo proponente, este deverá preencher um **formulário de inscrição para cada proposta**, podendo enviar todos os **PEDIDOS DE INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS e demais documentos num mesmo volume (desde que cada pedido e respectiva documentação sejam acondicionados em envelope próprio) ou em volumes distintos, observado o disposto no item 6.5** deste EDITAL. No caso de envio de propostas **em volumes distintos, é necessário enviar, a cada volume, um conjunto completo de documentos de habilitação** do proponente.

7.4 O proponente deverá preencher todos os **campos do FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, a saber:

7.4.1 Dados referentes à documentação de habilitação, conforme listagem do item 8.1;

7.4.2 Título do espetáculo musical; persona artística – músico(s) ou banda/formação cujo(s) nome(s) esteja(m) à frente do espetáculo e que apresente(m) uma identidade de gênero musical e/ou estilo, bem como currículo e/ou trajetória artística que a singularize; categoria, faixa de cachê e gênero;

7.4.3 Descrição do projeto de espetáculo musical, contendo a ficha técnica do espetáculo com informações sobre cada músico que participa do projeto, seja como parte da persona artística ou como músico de apoio;

7.4.4 Repertório contendo informações tais como título da canção ou peça musical, compositor(es), duração e instrumentos utilizados;

7.4.4.1 Os projetos dos gêneros MÚSICA POPULAR/INSTRUMENTAL, MÚSICA POPULAR/CANTADA e ESPECIAL: TRIBUTO À TROPICÁLIA deverão apresentar no mínimo 04 (quatro) faixas no repertório;

7.4.5 Links do serviço SoundCloud® para acesso ao material de áudio (amostras de músicas que compõem o repertório do projeto); as faixas do SoundCloud® devem trazer músicas interpretadas pelos artistas designados no projeto, em gravações realizadas nos últimos 4 (quatro) anos, a contar da data de publicação do presente Edital.



70 222

7.4.5.1 Todas as propostas deverão apresentar, para avaliação da Comissão Examinadora, amostra de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 6 (seis) músicas que compõem o repertório do projeto. Exceção poderá ser feita aos projetos de MÚSICA ERUDITA que sejam compostos por menos de 04 (quatro) peças, em conformidade com a descrição e o repertório de cada projeto; nesta situação, serão aceitas menos de 4 (quatro) músicas, porém todas as músicas do projeto deverão ser apresentadas.

7.4.5.1.1 No caso de MÚSICA ERUDITA, em casos de peças de longa duração com intervalos entre as partes, será aceito o upload pelo SoundCloud® de movimentos separados.

7.4.5.2 As músicas deverão ser enviadas pelo serviço SoundCloud®, gratuito e acessível a todos os usuários da internet, podendo ser disponibilizadas nas modalidades de privacidade “pública” e/ou “restrita”, **com permissão de download para a Comissão Examinadora**; recomenda-se a leitura do arquivo “Como preencher o campo ‘Material de Áudio – links do SoundCloud® para músicas’, disponível na página do Concurso;

7.4.5.2.1 Em caso de comprovada impossibilidade técnica referente ao serviço SoundCloud® para o envio dos arquivos de áudio, o proponente poderá contactar a Comissão Examinadora através do endereço eletrônico espacobndes@bndes.gov.br para enviar pdf que comprove a impossibilidade e requerer envio alternativo pelo serviço Open Upload/BNDES, mediante cadastro; NÃO se entende por impossibilidade técnica os seguintes casos: configuração inadequada dos links pelo SoundCloud® ou volume excedido de músicas por usuário do serviço SoundCloud®.

7.4.5.3 Cada link do serviço SoundCloud® deverá referenciar a apenas uma música do projeto apresentado.

7.4.5.4 O material de áudio será avaliado pela Comissão Examinadora através dos links informados no **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**, que em hipótese alguma deverão ser excluídos ou alterados do serviço SoundCloud® enquanto durar o processo seletivo para a Temporada 2017-2018, sob pena de desclassificação da proposta, exceto o disposto no item 7.4.5.5 abaixo.

7.4.5.5 Em casos de alteração do projeto, com substituição de um ou mais links para as músicas, será necessário preencher novo **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** assinalando a opção “retificação de projeto já inscrito para a Temporada 2017-2018”.

7.4.5.6 O BNDES realizará o download dos arquivos de áudio e poderá até o final das inscrições realizar diligências junto aos proponentes caso não consiga acessar os links do serviço SoundCloud®.

7.5 O ENVELOPE/VOLUME LACRADO mencionado no item 7.3 deverá ser postado ou protocolado no endereço adiante citado, externamente identificado da seguinte forma:



28371



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

Destinatário:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES – AARH/DELIC
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES 3 (AARH/DELIC/GLIC3)
Av. República do Chile, 100 (Protocolo - Térreo)
20031-917 Centro
Rio de Janeiro – RJ

COMISSÃO EXAMINADORA
CONCURSO AARH Nº 04/2016 - BNDES
TEMPORADA 2017-2018

Remetente:

NOME DO PROPONENTE: _____
ENDEREÇO DO PROPONENTE: _____

7.6 A relação de inscrições e projetos recebidos será divulgada no sítio do **BNDES** na *internet* (tanto na página do Espaço Cultural BNDES, www.bndes.gov.br/espacobndes, quanto na página de licitações do Banco: <http://www.bndes.gov.br>).

7.7 O proponente que tenha feito a inscrição e enviado a documentação solicitada **dentro do prazo previsto no item 6.2** e que não encontre o projeto na relação referida no item 7.6, deverá apresentar documento que comprove o efetivo recebimento pelo **BNDES** até a data final de inscrição, ou o comprovante da sua efetiva postagem até o último dia previsto para a inscrição. Esta comprovação da entrega ou da postagem deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da referida relação.

7.7.1 O envio do documento comprobatório de efetivo recebimento pelo BNDES ou de sua efetiva postagem até o prazo previsto no item 6.2 poderá se dar: a) pelo envio de e-mail para o endereço eletrônico (espacobndes@bndes.gov.br), anexando-se o comprovante digitalizado e legível; b) pessoalmente, entregando o documento comprobatório a Paulo Mauad (21) 2172-6701 ou Nancy de Carvalho (21) 2172-7770, empregados do **BNDES** lotados na Gerência de Comunicação Interna e Eventos (GEVEN) / Departamento de Comunicação e Divulgação de Conhecimento (DECCO) / 19º andar, na sede do **BNDES** na cidade do Rio de Janeiro (RJ), localizada na Avenida República do Chile, nº 100, **até as 17:30h do quinto dia útil, sob pena de preclusão.**

7.8 A relação dos pedidos deferidos e indeferidos será posteriormente divulgada no sítio do **BNDES** na *Internet* (tanto na página do Espaço Cultural BNDES, www.bndes.gov.br/espacobndes), quanto na página de licitações do Banco: <http://www.bndes.gov.br>).

72
284
17

7.9 A documentação apresentada não será devolvida em nenhuma hipótese.

7.10 Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos ou modificações à documentação de habilitação e às propostas, após o término do prazo de inscrição.

7.10.1 Caso alguma inscrição de projeto tenha sido realizada, e, dentro do prazo de inscrição, o concorrente deseje alterá-la, ser-lhe-á possibilitado realizar inscrição retificadora do projeto, devendo cumprir novamente com todas as condições do Edital. É importante notar que a nova inscrição cancela a anterior.

7.10.2 Na hipótese do subitem acima, o proponente deverá novamente preencher o **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, indicando se tratar de “retificação”, além de reenviar o envelope físico com todo o conteúdo REFERENTE À PROPOSTA (pedido de inscrição rubricado e assinado, procuração e documento(s) do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística) por ocasião da nova inscrição, sendo vedado ao concorrente pleitear a devolução ou aproveitar os documentos entregues anteriormente. Todos os documentos e materiais que acompanharam o projeto inscrito anteriormente serão descartados pelo **BNDES**.

8 Relação de documentos a serem apresentados pelos participantes do Concurso


8.1 Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, conforme a natureza de sua personalidade jurídica, dentre os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, além de fornecerem dados a respeito da mesma documentação ao preencherem o **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online:

8.1.1 PROPONENTE — PESSOA JURÍDICA:

- a) Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação;
 - a.1) No caso de sociedade por ações e demais sociedades que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados no registro competente;
- b) Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- c) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- d) Documento de identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica;
- e) Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional ;
- f) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e

8

288 73
M

	EDITAL – BNDES Concurso AARH - 04/2016 Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”
---	--

- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista.

8.1.2 PROPONENTE — EMPRESÁRIO INDIVIDUAL / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - ME:

- a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) no caso de microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) Documento de identidade e CPF do Empresário Individual / Microempreendedor Individual ou de seus representantes legais, se for o caso;
- d) Documento de identidade e CPF do(s) músico(s) integrante(s) da persona artística ou, nos casos em que o(s) mesmo(s) seja(m) estrangeiro(s), cópia do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), no qual conste a data de entrada no território brasileiro ou outro documento hábil a comprovar sua residência no país;
- e) Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional;
- f) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista;

8.1.3 PROPONENTE — PESSOA FÍSICA:

- a) Documento de identidade e CPF do(s) músico(s) integrante(s) da persona artística ou, nos casos em que o(s) mesmo(s) seja(m) estrangeiro(s), cópia do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), no qual conste a data de entrada no território brasileiro ou outro documento hábil a comprovar sua residência no país;
- b) Comprovante de inscrição do(s) artista(s) principal(is) no PIS, PASEP ou NIT (INSS);
- c) Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista.

8.1.4 Os documentos relativos à habilitação, discriminados no item 8.1 e subitens, deverão ser entregues em **ENVELOPE/VOLUME LACRADO** na forma do subitem 7.5, junto com os documentos relativos ao(s) **PEDIDO(S) DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTA(S)**.

8.1.5 As certidões apresentadas deverão estar válidas no dia da respectiva postagem no serviço postal ou na data de entrega no protocolo do **BNDES**, nos casos em que a entrega da documentação seja feita pessoalmente, podendo a Comissão



20844
m

Examinadora, a qualquer tempo, efetuar consultas aos *sites* oficiais com o intuito de verificar a regularidade fiscal e trabalhista dos proponentes.

8.1.6 As certidões que não possuírem prazo de validade expresse, somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para encerramento das inscrições.

8.2 Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos **para cada proposta a ser inscrita, sob pena de desclassificação**:

8.2.1 O **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, a ser impresso ao final do preenchimento do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online. Para o envio de propostas de projetos musicais, **os proponentes deverão acessar através** da página do Espaço Cultural BNDES (www.bndes.gov.br/espacobndes) ou da página de licitações do Banco (<http://www.bndes.gov.br>) o **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, a ser integralmente preenchido. Após o preenchimento, será gerado um número de cadastro do projeto junto com o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA**, que deverá ser **impresso, rubricado e assinado** pelo(s) proponente(s) ou por seu procurador constituído. Em caso de inscrição realizada por um representante, o **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA** deve vir acompanhado da procuração outorgada ao mesmo, com firma(s) reconhecida(s), do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística (no caso de um grupo, é necessário que todos os músicos que compõem a persona artística assinem), conforme modelo em anexo ao Edital;

8.2.2 Os documentos de identificação do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística, que se referem a cópias do documento de identidade e do CPF ou, no caso de estrangeiros, cópia do RNE (Registro Nacional de Estrangeiros), ou outro documento hábil a comprovar sua residência neste país (bem como comprovação de atuação na música brasileira).

8.3 Os documentos relativos à(s) Proposta(s), discriminados no item 8.2 e subitens, deverão ser entregues em **ENVELOPE/VOLUME LACRADO** na forma dos subitens 7.3 e 7.5, junto com os documentos relativos à habilitação do proponente.

8.4 A Subcomissão de Seleção a que se refere o subitem 9.1.2.2 deste EDITAL poderá, nos termos do §3º, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, averiguar, por meio de realização de diligências, a veracidade das informações prestadas pelos proponentes em suas Propostas de Espetáculo.

9 Indicação dos critérios de julgamento das propostas de espetáculo

9.1 COMISSÃO EXAMINADORA

9.1.1 O processo de Seleção ficará a cargo de uma Comissão Examinadora, especialmente designada para tal finalidade. O julgamento e classificação dos projetos inscritos obedecerão aos critérios estabelecidos neste EDITAL.

9.1.2 A Comissão Examinadora será composta por 3 (três) Subcomissões:



28775
my



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

9.1.2.1 Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos, a quem caberá analisar o atendimento dos requisitos de inscrição e aceitabilidade da proposta constantes no Edital;

9.1.2.2 Subcomissão de Seleção, a quem caberá analisar e julgar as Propostas de Espetáculo e classificá-las por ordem decrescente de pontuação;

9.1.2.3 Subcomissão de Habilitação, a quem caberá a responsabilidade de analisar os documentos de habilitação, mediante verificação da conformidade dos mesmos com as exigências prescritas no Edital.

9.2 PROCESSO DE SELEÇÃO

9.2.1 O Processo de Seleção observará o seguinte procedimento:

a) Primeira Fase (Análise Preliminar dos Projetos) – consistirá na análise do material de proposta (informações contidas no **PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA** e documentos do(s) músico(s) anexos ao pedido) quanto ao atendimento dos requisitos de inscrição e aceitabilidade da proposta constantes no Edital.

b) Segunda Fase (Julgamento das Propostas de Espetáculo) – consistirá no julgamento, pela Subcomissão de Seleção, das propostas de espetáculo.

c) Terceira Fase (Habilitação) – consistirá na abertura dos envelopes de habilitação, análise e verificação da documentação nele contida, conforme os termos do Edital.

9.2.2 As documentações serão conferidas, numeradas e rubricadas por um dos integrantes das respectivas Subcomissões.

9.2.3 O julgamento das Propostas de Espetáculo pela Subcomissão de Seleção, pautar-se-á nos seguintes critérios:

a) qualidade artística da performance;

b) concepção do espetáculo (organização do projeto, originalidade, contribuição à diversidade cultural);

c) análise do repertório (seleção das obras e/ou qualidade das composições no caso de obras inéditas); e

d) currículo da persona artística e/ou dos músicos envolvidos no espetáculo proposto.

9.2.4 A nota global de cada proponente será o somatório das notas dos critérios de julgamento mencionados no item 9.2.3, conferidas pelos jurados da Subcomissão de Seleção responsáveis por cada categoria/gênero, as quais serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez).

9.2.4.1 A Subcomissão de Seleção será dividida em duplas, cada uma delas responsável por um conjunto de gêneros ou categorias, de acordo com a quantidade de projetos recebidos. Todos os projetos de determinada categoria de cada gênero serão sempre analisados por uma mesma dupla com formação e experiência mais próximas às dos gêneros que vierem a analisar, quais sejam, “Música Erudita”, “Música Popular/Instrumental”, “Música Popular/Cantada” e “Especial: Tributo à Tropicália”.

9.2.5 Os valores numéricos relativos a cada cálculo serão expressos com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamentos, desprezando-se a fração remanescente.

9.2.6 Não haverá revisão de nota, exceto em caso de erro material no somatório de que trata o item 9.2.4, podendo a correção ocorrer de ofício ou decorrente do julgamento de recurso interposto tempestivamente pelo proponente.

9.2.7 Será desclassificada a Proposta de Espetáculo que:

- a) não atender às exigências do Edital e de seus anexos;
- b) não alcançar a nota mínima de 7 (sete) pontos, considerando a média aritmética da soma de todos os critérios de julgamento.

9.2.8 A Subcomissão de Seleção apresentará, em listagens distintas e organizadas em ordem decrescente, os projetos classificados.

9.2.8.1 Se mais de um proponente obtiver a mesma nota global, observar-se-ão, como critério de desempate, as notas obtidas de acordo com a ordem dos critérios elencados no item 9.2.3 deste EDITAL.

9.2.8.2 Persistindo o empate, depois de obedecidos os critérios do subitem antecedente, a classificação será definida por sorteio.

9.2.8.3 No caso dos gêneros Música Erudita e Música Popular/Instrumental, após a colocação correspondente ao mínimo de vagas para cada um destes gêneros, será criada uma lista única, segundo notas de classificação, da qual também será formado o Cadastro de Reserva.

9.2.8.4 Serão classificadas para compor o Cadastro de Reserva, de acordo com a pontuação obtida no julgamento pela Subcomissão de Seleção, as propostas habilitadas dentro de cada categoria e gênero e independente de faixa de cachê, conforme a relação estabelecida no subitem 5.8.1.

9.2.9 A análise e o julgamento da fase de habilitação recairão sobre as propostas com a maior pontuação, de acordo com o item 9.2.4 deste EDITAL, até que seja alcançado o quantitativo de habilitados disposto nos 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10 deste EDITAL. A divulgação dos resultados de cada uma das fases do Concurso (Análise Preliminar dos Projetos, Julgamento das Propostas e Habilitação) ocorrerá de forma concentrada em um único momento. A Ata de Julgamento conterá o resultado de cada uma das

8

fases do Concurso, possibilitando a publicidade dos atos decisórios e eventual interposição de recursos contra as decisões da Comissão Examinadora.

9.2.10 Uma vez contratados os espetáculos segundo o quantitativo estabelecido no item 5.3 e havendo disponibilidade orçamentária dentro do valor global máximo de até R\$ 1.692.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil reais), fica a critério do **BNDES** a convocação dos projetos constantes do Cadastro de Reserva para a realização dos espetáculos, respeitando a ordem de classificação dentro de cada lista de categoria e gênero, contudo sem ter que fazê-lo obrigatoriamente, de acordo com os critérios explicitados no item 5.8.2.

9.2.11 Havendo impossibilidade de contratação de algum projeto, será convocado a contratar com o **BNDES** o proponente cujo projeto de espetáculo esteja classificado imediatamente após o último projeto contratado da respectiva lista de classificação segundo a categoria e gênero.

9.2.12 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a todas as exigências deste Edital.

9.2.13 Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os proponentes serão cientificados do resultado final e da ordem de classificação, por categoria e gênero, das propostas de espetáculos, mediante publicação no Diário Oficial da União e no sítio do **BNDES** na *internet*.

9.2.14 Todos os projetos classificados dentro dos quantitativos estabelecidos no item 5.8.1 comporão o Cadastro de Reserva, a ser usado na forma prevista nos subitens 9.2.10 e 9.2.11.

9.3 Dos Recursos - Procedimentos

9.3.1 Eventuais recursos contra decisão proferida pela Comissão Examinadora deverão ser interpostos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão recorrida, dirigidos ao Presidente da Comissão Examinadora e entregues no Protocolo do Edifício de Serviços do BNDES na cidade do Rio de Janeiro – EDSERJ, ou enviados pelos Correios, dirigidos à COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PARA ESCOLHA DE ESPETÁCULOS MUSICAIS PARA APRESENTAÇÃO NO ESPAÇO BNDES – TEMPORADA 2017/2018, Departamento de Comunicação e Difusão de Conhecimento – GP/DECCO, Av. República do Chile, nº 100, 19º Andar, Rio de Janeiro – RJ, até as 17h30min, sob pena de preclusão;

9.3.2 Caso opte por recorrer por meio postal, o recurso deverá ser recebido pelo BNDES até o fim do prazo indicado no subitem 9.3.1 deste EDITAL.

9.3.3 A critério do Licitante, será permitida a apresentação de recursos para o e-mail licitacao_quintas@bndes.gov.br, até às 23h59min do último dia do prazo recursal, na forma do subitem 9.3.4. Neste caso, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do término do prazo do recurso, o Recorrente deverá entregar presencialmente ou pelos correios os originais ao BNDES, dirigidos à COMISSÃO EXAMINADORA DO



CONCURSO PARA ESCOLHA DE ESPETÁCULOS MUSICAIS PARA APRESENTAÇÃO NO ESPAÇO BNDES – TEMPORADA 2017/2018, Departamento de Comunicação e Difusão do Conhecimento – GP/DECCO, Av. República do Chile, nº 100, 19º Andar, Rio de Janeiro – RJ para arquivamento no procedimento licitatório.

9.3.3.1 Será apurada a responsabilidade administrativa do Licitante, com aplicação de sanções administrativas, se não houver perfeita concordância entre o recurso remetido por e-mail e o original entregue ao BNDES.

9.3.4 Os recursos interpostos na forma dos subitens 9.3.1 ou 9.3.3 devem ser apresentados por escrito, de forma legível, redigidos em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, datados e assinados pelos Representantes Legais, ou Procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos.

9.3.5. Após o prazo regulamentar, no caso de interposição de recursos, a Comissão Examinadora comunicará às proponentes que as razões recursais encontram-se à disposição no Departamento de Comunicação e Difusão de Conhecimento do Gabinete da Presidência do BNDES – GP/DECCO, na Avenida República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro – RJ, das 9:30h às 17:30h, para impugnação (contrarrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação, sob pena de preclusão.

9.3.6. Realizada a análise das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão Examinadora poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de manutenção da decisão, encaminhar o recurso ao Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos do BNDES, devidamente instruído, para decisão.

9.3.7. Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos, as Proponentes serão notificadas e o resultado final será divulgado mediante publicação no Diário Oficial da União e na página do Espaço Cultural BNDES (www.bndes.gov.br/espacobndes) e no site <http://www.bndes.gov.br>. O resultado final conterá a ordem de classificação, por categoria e gênero, das propostas de espetáculos vencedores e dos que comporão o Cadastro de Reserva.

10 Dimensão do palco e a capacidade do teatro onde serão realizados os espetáculos

10.1 Os espetáculos musicais serão apresentados no Teatro Arino Ramos Ferreira, que contém 366 cadeiras comuns, 14 cadeiras removíveis (para cadeirantes) e 4 cadeiras para idosos, possuindo capacidade para receber um público de até 384 (trezentas e oitenta e quatro) pessoas e um palco com as seguintes dimensões: 15,40m de boca de cena, 6m de profundidade e 5,32m de altura.

11 Infraestrutura a ser oferecida pelo BNDES para o espetáculo

11.1 O Teatro Arino Ramos Ferreira oferece as seguintes acomodações e equipamentos: 6 (seis) camarins com banheiros masculino e feminino privativos, sendo 3 (três) de cada lado do palco; café e água a partir das 10h nas coxias e a partir



20179



EDITAL – BNDES
Concurso AARRH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

das 16h nos camarins; sistema de intercomunicação (ramal interno) entre a cabine de som e as coxias; energia elétrica - carga total disponível para iluminação: 248 circuitos de 3 kW, com capacidade de utilização **simultânea** de 15% (37 circuitos de 3kW, ou 111,6 kVA) e para sonorização: 50A; projetor multimídia; equipamentos de som e de iluminação conforme listagem e mapas do ANEXO V.

12 Quantidade de ingressos destinados à produção de cada espetáculo

12.1 A produção de cada um dos espetáculos terá direito a receber 10 (dez) ingressos.

13 Período em que o teatro será disponibilizado ao responsável para montagem e desmontagem do espetáculo

13.1 O teatro será disponibilizado ao(s) músico(s) a partir das 10:00h do dia em que o espetáculo será realizado, salvo casos excepcionais.

13.2 A desmontagem deverá ocorrer tão logo o espetáculo se encerre, devendo o espaço estar liberado até as 23:00h do mesmo dia de realização do espetáculo.

14 Obrigatoriedade de reunião de trabalho com visita técnica e apresentação de rider para a realização de projetos selecionados

14.1 Os proponentes cujos espetáculos forem selecionados para a Temporada 2017-2018 dos Projetos “QUARTAS INSTRUMENTAIS” e “QUINTAS NO BNDES” obrigatoriamente devem participar, até 60 dias corridos antes da data prevista para a apresentação de seu espetáculo, de reunião de trabalho com a equipe técnica do **BNDES** responsável pelo Espaço Cultural BNDES, durante a qual será também realizada visita técnica às instalações do Teatro Arino Ramos Ferreira, acompanhados de sua equipe técnica de operadores de som e luz, apresentando ao **BNDES**, ainda, o *rider* técnico para seu espetáculo, a fim de tomar ciência das condições do local de realização do projeto com antecedência mínima e também dar ciência à equipe técnica do **BNDES** da previsão de equipamentos a serem utilizados. Equipamentos extras (que não constam da estrutura do teatro), eventualmente previstos pelos realizadores, deverão ser compatíveis com as instalações do Teatro Arino Ramos Ferreira e autorizados pela equipe técnica do **BNDES**. O prazo acima mencionado para realização da visita obrigatória somente será revisto em casos excepcionais, como em situações de remanejamento de datas e/ou para viabilizar a realização de espetáculos em datas próximas ao término do processo de contratação.

15 Indicação da disponibilidade de recursos e respectiva dotação orçamentária (rubrica e código da unidade orçamentária)

15.1 Os recursos necessários à realização da Temporada 2017-2018 do Projeto em tela estão previstos e alocados na Rubrica Orçamentária de Promoção Cultural nº 3101.8000-40, Unidade Orçamentária BN20002000 (GP/DECCO), a qual possui a disponibilidade orçamentária necessária para a realização das despesas.

16. Gestor do contrato

16.1 O gestor dos contratos a serem firmados em razão do Concurso será o Coordenador de Serviço da Gerência de Comunicação Interna e Eventos do GP/DECCO, a quem competirá a responsabilidade pela liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações do contrato, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores.

16.2 Atuará como substituto do gestor dos contratos, em sua eventual ausência funcionário que atualmente ocupa o cargo de Técnico de Comunicação da Gerência de Comunicação Interna e Eventos do Gabinete da Presidência (GP/DECCO/GEVEN).

17 Condições da Contratação

17.1 Homologado e publicado o resultado da Licitação, o **BNDES** convocará o(s) vencedor(es) do certame, por carta, fax, telegrama ou mensagem eletrônica para, sob pena de decair do direito à contratação e incorrer nas penalidades previstas neste **EDITAL**, em até **5 (cinco) dias úteis**, assinar o **CONTRATO**.

17.2 Os prazos previstos para a assinatura do **CONTRATO** poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **PROPONENTE** vencedor durante os respectivos transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

17.3 No momento previsto no subitem 17.1, o **PROPONENTE vencedor** deverá enviar, juntamente com o contrato assinado pelo mesmo, os seguintes documentos válidos e atualizados:

- a) **PESSOA FÍSICA:** Cópia de Identidade (ou RNE, no caso de proponente estrangeiro); Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- b) **PESSOA JURÍDICA:** Cópia do documento de identidade e do CPF do(s) representante(s) legal (is) da empresa; Cópia do contrato social ou estatuto social e alterações, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas - bem como de procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s) da pessoa jurídica, em caso dessa atribuição não estar prevista no contrato ou estatuto social. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas; Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- c) **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI):** Cópia do documento de identidade e do CPF do empresário individual/MEI, ou de seus representantes legais, se for o caso; Certidão comprovando a

81

29381
7



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

regularidade perante a Fazenda Nacional; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.4 Em cumprimento ao Acórdão nº 1.793/2011 do Tribunal de Contas da União, publicado no D.O.U. em 11.07.2011, será verificada a inexistência de registros impeditivos à contratação junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, bem como ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

17.5 Na hipótese de recusa do **PROPONENTE** vencedor em assinar o Contrato nos prazos fixados do subitem 17.1, o processo retornará à Comissão Examinadora do **BNDES**, que, nos termos do §2º, do artigo 64, da Lei nº 8.666/93, poderá convocar os **PROPONENTES** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da cominação das penalidades previstas no item 19, submetendo o processo para adjudicação e homologação pelo **BNDES**, quando haverá convocação do Adjudicatário para assinar o Contrato.

18 Obrigações Contratuais

18.1 A CONTRATADA deverá assumir as obrigações contidas na Lei nº 8.666/93 e no instrumento contratual.

18.2 Em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá entregar 01 (um) CD com pelo menos 04 (quatro) fotos do(s) músico(s) em tamanho mínimo de 4.200 x 2.800 pixels, com qualidade de 300 dpi, em formato JPG e opcionalmente também no formato RAW, com orientações de corte tanto vertical quanto horizontal, com informações de autoria da fotografia e autorização para divulgação e um *release* para fins de divulgação na imprensa e no material gráfico do projeto.

18.3 Também em 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá informar um link de uma música para efeito de divulgação, pelo serviço Soundcloud®, autorizando sua utilização para esta finalidade.

18.4 Com a finalidade de divulgação, a CONTRATADA deverá, se for solicitada e se a solicitação for com antecedência mínima de 30 dias, realizar uma apresentação simplificada de pelo menos 3 (três) músicas no hall do edifício do **BNDES** ou em outro local público, negociado de comum acordo, nas cercanias do edifício. Esta apresentação, se solicitada, será realizada no período entre as 12 e 14 horas, no próprio dia agendado para o espetáculo, com objetivo de atrair público para a apresentação prevista para o período da noite. Toda a infraestrutura técnica e cenográfica para esta eventual apresentação será de responsabilidade do **BNDES**.

19 Sanções Administrativas

19.1 O **PROPONENTE** que causar o retardamento do andamento do certame, prestar informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou propostas, não manter a proposta, fraudar de qualquer forma o procedimento desta Licitação; ou o **proponente convocado** que, dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida no **EDITAL**, apresentar documentação falsa, não assinar o Contrato, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até **10% (dez por cento)** do valor global estimado do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o **BNDES**, pelo prazo de até 2 (anos) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

19.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer fato superveniente, justificável, aceito pela Comissão Examinadora e submetido à aprovação da Autoridade Superior, observando-se que somente serão aplicadas as sanções mediante a realização de procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20 Disposições Gerais

20.1 Pedidos de Esclarecimentos: Até **4 (quatro) dias úteis** anteriores à data de encerramento das inscrições, os pedidos de esclarecimentos referentes ao **CONCURSO** poderão ser enviados ao **BNDES**, através do endereço licitacao_quintas@bndes.gov.br até as **17h30min**.

20.1.1 Os questionamentos respondidos estarão, sempre que possível, disponíveis no sítio do BNDES na internet (tanto na página do Espaço Cultural BNDES, www.bndes.gov.br/espacobndes, quanto na página de licitações do Banco: <http://www.bndes.gov.br>) para ciência de todos os interessados.

20.2 Impugnações: Até **2 (dois) dias úteis** antes da data de encerramento das inscrições, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório deste **CONCURSO**.

20.2.1 A **impugnação** deverá conter a indicação do número deste concurso e ser encaminhada para o e-mail licitacao_quintas@bndes.gov.br ou endereçadas ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** na cidade do Rio de Janeiro – EDSERJ, para: **COMISSÃO EXAMINADORA do Concurso para escolha de espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018**, Departamento de Comunicação e Divulgação de Conhecimento – GP/DECCO, Av. República do Chile, nº 100, 19º Andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-917.





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

20.3 As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os **PROPONENTES**, desde que não comprometam os interesses do **BNDES**, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4 É facultada à Comissão Examinadora ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Inscrição.

20.5. A totalidade do processo poderá ser consultada após divulgação do resultado da última fase da Licitação.

20.6 Nos termos do artigo 63 da Lei nº 8.666/93, a extração de cópias de documentos, deverá ser solicitada por meio do endereço eletrônico licitacao_quintas@bndes.gov.br. As cópias serão entregues ao **PROPONENTE** mediante a cobrança do valor da reprodução.

20.7 Compete ao **BNDES**:

a) Revogar a presente Licitação, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade.

b) Alterar as condições deste **EDITAL**, reabrindo o prazo para apresentação das Inscrições, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das Propostas.

c) Adiar o recebimento das Inscrições, divulgando, mediante aviso público, a nova data de prazo para a realização das Inscrições.

20.7.1 Na hipótese de revogação ou anulação deste certame, não caberá indenização aos **PROPONENTES**.

20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste **EDITAL** e nos **ANEXOS**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos previstos neste **EDITAL** somente se iniciam e vencem em dias de expediente no escritório do **BNDES no Rio de Janeiro**.

20.9 Todas as referências de tempo/horário contidas neste **EDITAL**, no aviso e durante o procedimento licitatório observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

20.10 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, os prazos, datas e vencimentos previstos neste **EDITAL** serão suspensos, reabrindo-se a contagem a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à sua normalização.

20.11 A participação do **PROPONENTE** implica a aceitação integral e irretratável dos termos do **EDITAL**, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento de fatos que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto desta Licitação.

20/8/16
mj

20.12 Os documentos exigidos neste **EDITAL** poderão ser apresentados em original, ou em cópias simples.

20.13 O andamento da licitação, sempre que possível, terá seu conteúdo disponibilizado no sítio do BNDES na internet (tanto na página do Espaço Cultural BNDES, www.bndes.gov.br/espacobndes, quanto na página de licitações do Banco: <http://www.bndes.gov.br>).

20.14 Fica constituído o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes ou surgidos em razão deste **EDITAL**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.15 Este Concurso tem validade de 12 (doze) meses, prorrogável pelo prazo máximo de igual período, a critério do **BNDES**, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União de seu resultado. O prazo de vigência dos contratos firmados pelos proponentes vencedores será de 18 (dezoito) meses.

20.16 As comunicações feitas por intermédio do portal do **BNDES** na Internet não eximem o proponente da responsabilidade de acompanhamento dos atos referentes a este Concurso pelas publicações realizadas no Diário Oficial.

20.17 Os **PROPONENTES** devem garantir ao **BNDES** que o objeto do **CONTRATO** não infringirá quaisquer direitos da personalidade e direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo inclusive ser instado a intervir no processo.

20.18 Para os devidos fins e sob as penas da lei, os **PROPONENTES** tem ciência do disposto no artigo 111, da Lei nº 8.666/1993.

20.19 O presente Concurso não se trata de competição oficial realizada, nem apoiada, pelo SoundCloud®. A observância dos Termos de Uso do serviço é de exclusiva responsabilidade dos PROPONENTES.

20.20 Caso haja necessidade, o BNDES poderá solicitar ao Licitante vencedor a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF preenchida, conforme modelo a ser disponibilizado pelo BNDES no momento da convocação.

21. Recomendações gerais:

21.1 Recomenda-se não deixar a inscrição para os últimos dias do prazo.

21.2 Antes de lacrar o envelope, recomenda-se que seja realizada a conferência de seu conteúdo com as exigências contidas no Edital.

21.3 Informações adicionais podem ser solicitadas apenas por escrito, até 4 (quatro) dias úteis anteriores ao termo final de inscrição, e somente para o seguinte endereço





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

eletrônico: licitacao_quintas@bndes.gov.br, conforme item 20.1. As respostas pertinentes serão publicadas no sítio do **BNDES** na *internet* tanto na página do Espaço Cultural BNDES, www.bndes.gov.br/espacobndes, quanto na página de licitações do Banco: <http://www.bndes.gov.br>).

21.3.1 É obrigatório o preenchimento do campo “Assunto” da mensagem eletrônica com o item do Edital ao qual o pedido de informações se refere, sem o qual serão desconsiderados os *e-mails*.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2016.

Raphael Domingues de Moraes Zyngier
Advogado
Gerente AA/DELIC/GLIC3

Rogério Abi-Ramia Barreto
Advogado
Chefe AA/DELIC

ANEXO I

GUIA DE REFERÊNCIA RÁPIDA.

1. INSCRIÇÃO ONLINE:

- ☐ Preencher o formulário online através do site www.bndes.gov.br/espacobndes ou no site <http://www.bndes.gov.br>
- ☐ Imprimir o PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA, rubricar e assinar.

2. ENVIO DE ENVELOPE/VOLUME LACRADO- item 7.3:

- ☐ Deverá ser enviado lacrado e identificado segundo etiqueta fornecida no item 7.5.
- ☐ Deverá conter o PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA e os documentos previstos no item 8.2 e subitens, além dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, previstos no item 8.1 e subitens.

2.A. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DE CADA PROPOSTA (item 7.3.2):

- ☐ PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA
- ☐ Todas as páginas impressas deverão ser rubricadas, à exceção da última página do PEDIDO DE INSCRIÇÃO, que deverá ser assinada.
- ☐ Deverá conter cópias da identidade e CPF do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística ou cópia do RNE e material que comprove atuação na música brasileira, em caso de músico estrangeiro.
- ☐ Deverá conter Procuração do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística outorgada a empresário ou representante, nos casos necessários.

2.B. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (item 7.3.1):

2.B.1. Conteúdo para proponente Pessoa Jurídica:

- ☐ Cópia da identidade do representante legal.
- ☐ Cópia do CPF do representante legal.
- ☐ Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- ☐ Decreto de autorização de funcionamento, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- ☐ Cópia do CNPJ da empresa.
- ☐ Cópia do Contrato Social ou Estatuto, com alterações.
- ☐ Certificado de regularidade do FGTS.
- ☐ Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional..
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.

2.B.2. Conteúdo para proponente Empresário Individual ou MEI:

- ☐ Cópia da identidade do empresário individual ou MEI.
- ☐ Cópia do CPF do empresário individual ou MEI.
- ☐ Cópia do CNPJ do empresário individual ou MEI.
- ☐ Cópia do RNE, em caso de estrangeiros.
- ☐ Cópia da inscrição junto ao Registro Público de Empresas Mercantis ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- ☐ Certificado de regularidade do FGTS.
- ☐ Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

2.B.3. Conteúdo para proponente Pessoa Física (músico que compõe a persona artística):

- ☐ Cópia da identidade do músico que compõe a persona artística.
- ☐ Cópia do CPF do músico que compõe a persona artística.
- ☐ Cópia do RNE, em caso de estrangeiros.
- ☐ Cópia de PIS, PASEP ou NIT do(s) músico(s) que compõe(m) a persona artística
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho;
- ☐ Certidão comprovando a regularidade perante a Fazenda Nacional..

ATENÇÃO: Para o preenchimento do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** online, será necessário que os proponentes tenham à mão todos os documentos listados acima, inclusive para a habilitação.

ANEXO II
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S)*:

.....(nome do músico).....,(nacionalidade).....,
.....(profissão).....,(estado civil)....., portador(a) da carteira de
identidade nº, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº
....., residente na,
.....(cidade).....,(estado).....

*** OBS: Todos os integrantes da persona artística devem configurar como
Outorgantes caso não assinem o PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA PROPOSTA.**

OUTORGADO:

.....(nome).....,(nacionalidade).....,
.....(profissão).....,(estado civil)....., portador(a) da carteira de
identidade nº, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº
....., residente na,
.....(cidade).....,(estado).....

PODERES:

nomeia e constitui o **OUTORGADO** como seu bastante procurador para o fim especial de representar o(s) **OUTORGANTE(s)** perante o **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – BNDES**, outorgando-lhe todos os poderes que se fizerem necessários para o fiel cumprimento deste instrumento de mandato, podendo tudo requerer, encaminhar e promover, cumprir exigências, firmar compromissos, assumir obrigações, acordar, transigir, receber e dar quitação, firmar contrato, declarações e demais documentos, receber notificações e intimações, interpor e renunciar recursos, autorizar o **BNDES**, a utilizar a obra audiovisual originada da filmagem de espetáculo pelo **BNDES** no âmbito dos **Projetos “QUARTAS INSTRUMENTAIS” e “QUINTAS NO BNDES”**, enfim, tudo praticar para a participação do(s) Outorgante(s) no **Concurso para escolha de espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018**, inclusive para autorizar o **BNDES**:

a) a efetuar registros audiovisuais dos espetáculos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, assim como utilizar as obras oriundas desses registros, com exclusividade por 30 (trinta) anos, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo o **BNDES** livremente delas se utilizar nas ações de comunicação do **BNDES**, mediante toda e qualquer ação de caráter institucional realizada através de campanhas publicitárias veiculadas em todo território nacional, em mídias como televisão, jornais, revistas, rádios e internet, assim como peças voltadas para a comunicação com o público interno e externo, tais como folhetos, cartilhas, agendas, relatórios anuais e documentos internos, ou por quaisquer outras modalidades de utilização que venham a ser inventadas, bem como reproduzi-las parcial ou integralmente, para exibição em rede pública em todo território nacional, com transmissão e retransmissão nos veículos de comunicação, em especial rádio e televisão e mídia eletrônica





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

(página eletrônica, canais de transmissão de vídeo como YouTube e mídia interna eletrônica, entre outras); e inclui-las em banco de dados, armazenamento em computador e demais formas de arquivamento utilizadas pelo **BNDES**.

b) utilizar a imagem, nome, prenome, nome artístico, dados biográficos, voz e sinais característicos de todos os músicos participantes das apresentações nos espetáculos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”, pelo período de 30 (trinta) anos, a contar da assinatura do instrumento contratual, para os mesmos fins especificados na alínea “a”, visando sempre a divulgação da imagem do **BNDES** e/ou dos Projetos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”.

Declaro, outrossim, estar ciente de todos os termos e condições do Edital do Concurso para escolha de espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018.

_____(cidade)_____, ____ de _____ de 2016.

OUTORGANTE



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

90
302
M

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO OCS Nº ____/____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E
_____, NA FORMA
ABAIXO:

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente BNDES, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e _____, [com sede em _____ / domiciliada(o) em _____], [inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º _____ / inscrita(o) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º _____], doravante denominada(o) simplesmente CONTRATADA, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com as regras do Edital do Concurso para escolha de espetáculos musicais para apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2017-2018, doravante denominado Edital e com o Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA conforme previsão orçamentária sob rubrica n.º 3141.11.04.00-4, centro de custo n.º BN20002000, observado o disposto na Lei n.º 8.666/93, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a apresentação do espetáculo “.....”, na sede de serviços do BNDES, conforme especificações constantes no Edital e no Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes do PEDIDO DE INSCRIÇÃO (Anexo ____ deste Contrato) apresentado pela CONTRATADA nos termos do EDITAL, e deverá ser realizada no dia ____/____/____, em horário a ser combinado previamente na ocasião da reunião preliminar a que se refere o parágrafo primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro

O BNDES convocará a CONTRATADA, em até 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a realização do espetáculo, a comparecer à reunião preliminar. Nesta reunião:

I. o BNDES esclarecerá à CONTRATADA todas as dúvidas relativas à execução do objeto;

307 91
J



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

II. devem participar de reunião preliminar o(s) integrantes da persona artística e/ou seu procurador, acompanhados de sua equipe técnica de operadores de som e luz, ocasião em que será realizada visita técnica às instalações do Teatro Arino Ramos Ferreira, a fim de dar prévia ciência das condições do local de realização do espetáculo, assim como dar ciência à equipe técnica do BNDES dos equipamentos a serem utilizados.

Parágrafo Segundo

O prazo a que se refere o Parágrafo Primeiro desta cláusula somente será prorrogado em casos excepcionais, a critério do BNDES.

Parágrafo Terceiro

O BNDES poderá alterar a data da execução do serviço, bastando a prévia comunicação à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – Recebimento do objeto

O BNDES efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor do Contrato indicado na Cláusula Décima deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo observado que o recebimento do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado, nem exclui a responsabilidade do CONTRATADO por vícios revelados posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O BNDES pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ ____ (____ reais), observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato, tais como o pagamento aos músicos, produtores, iluminadores, operadores de som e demais profissionais envolvidos no espetáculo, ressalvado o pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, que correrá por conta do BNDES.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O BNDES efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, em parcela única, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ([Nota Fiscal, Fatura ou equivalente / Recibo de Pagamento a Autônomo]), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, no Protocolo do Edifício de



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

92
304
m

Serviços do BNDES no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do [CNPJ / CPF] da CONTRATADA, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da CONTRATADA, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- VIII. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- IX. local de execução do objeto, discriminando-se os valores por localidade, se for o caso;
- X. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003; e
- XI. número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP, se aplicável).

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que a CONTRATADA é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado; e
- V. comprovante de que a CONTRATADA recolheu para a Regime Geral de Previdência Social, no mês respectivo, sobre o limite máximo do salário-de-contribuição ou em valor inferior, se for o caso.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o BNDES devolverá o documento fiscal à CONTRATADA ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo BNDES.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela CONTRATADA.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o BNDES poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas,

30593
mf



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo

Caso o BNDES não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à CONTRATADA, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CONTRATADA, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/98 e do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, cede ao BNDES os direitos autorais, inclusive, se houver, direitos conexos, de utilização das obras oriundas dos registros audiovisuais e fotográficos do espetáculo, sem qualquer remuneração adicional, com exclusividade, pelo prazo de (trinta) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato, podendo o BNDES utilizá-las para ações de comunicação do BNDES, mediante toda e qualquer ação de caráter institucional realizada através de campanhas publicitárias veiculadas em todo território nacional, em mídias como televisão, jornais, revistas, rádios e internet, assim como peças voltadas para a comunicação com o público interno e externo, tais como folhetos, cartilhas, agendas, relatórios anuais e documentos internos, ou por quaisquer outras modalidades de utilização que venham a ser inventadas, bem como reproduzi-las parcial ou integralmente, para exibição em rede pública em todo território nacional, com transmissão e retransmissão nos veículos de comunicação, em especial rádio e televisão e mídia eletrônica (página eletrônica, canais de transmissão de vídeo como YouTube e mídia interna eletrônica, entre outras); e incluí-las em banco de dados, armazenamento em computador e demais formas de arquivamento utilizadas pelo BNDES.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA é exclusiva e pessoalmente responsável pela originalidade do espetáculo, declarando ser a autora e/ou titular dos direitos autorais cedidos, obrigando-se a indenizar o BNDES pelas perdas e danos que vier a sofrer em caso de contestação.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA deverá, previamente à realização do espetáculo, providenciar e apresentar ao BNDES, sem qualquer remuneração adicional, termos de cessão dos direitos do autor, inclusive, se houver, dos direitos conexos, atinentes aos músicos participantes do espetáculo, que a autorize a cedê-los ao BNDES, nos termos previstos no *caput* desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro

O BNDES se compromete a mencionar o nome dos músicos participantes do espetáculo sempre que utilizar a obra.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

A CONTRATADA deverá, previamente à realização do espetáculo, providenciar e apresentar ao BNDES, sem qualquer remuneração adicional, termos de autorização dos músicos participantes do espetáculo, quanto à utilização da imagem, nome, prenome, nome artístico, dados biográficos, voz e sinais característicos, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato, conforme modelos fornecidos pelo BNDES, para os mesmos fins especificados na Cláusula Sétima, visando sempre a divulgação da imagem do BNDES e/ou das séries de espetáculos “QUINTAS NO BNDES” e “QUARTAS INSTRUMENTAIS”.

94
306
7

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo BNDES;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o BNDES;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao BNDES, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o BNDES, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao BNDES, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a CONTRATADA, quando optante do SIMPLES:
 - a. extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b. enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo BNDES para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o BNDES, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema BNDES (BNDES e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- XI. observar o Código de Ética do Sistema BNDES vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XII. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XIII. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou



- administrativo iniciado em face do BNDES, por acusação da espécie, podendo a CONTRATADA ser instada a intervir no processo;
- XIV. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do BNDES por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo BNDES;
- XV. devolver os crachás de identificação, eventualmente fornecidos pelo BNDES, sob pena de indenização pelos danificados ou perdidos;
- XVI. informar, imediatamente após a assinatura do Contrato, a identificação de pessoal e de veículos autorizados a ingressar no prédio em nome da CONTRATADA, de acordo com as normas do EDSERJ;
- XVII. submeter pedido de substituição de qualquer artista integrante do espetáculo à prévia aprovação do BNDES, devendo o substituto possuir qualificação compatível com a do substituído, ficando, desta forma, vedada a substituição de músico(s) que compõe(m) a persona artística do espetáculo;
- XVIII. encaminhar ao local do serviço, sempre que solicitado pelo BNDES, o responsável pelo Contrato, para análise em conjunto do andamento do trabalho ou outras providências cabíveis, no prazo de 24h após solicitação;
- XIX. apresentar, previamente à data marcada para realização do espetáculo, Nota Contratual, em conformidade com a Portaria nº 3.347, de 30.09.1986, do Ministério do Trabalho, e suas alterações posteriores;
- XX. permitir a filmagem do espetáculo pelo BNDES e/ou por rede pública de TV;
- XXI. proceder à desmontagem dos equipamentos e materiais utilizados tão logo o espetáculo se encerre, devendo liberar o espaço no Teatro Arino Ramos Ferreira ou no local equivalente onde seja realizado o espetáculo, até as 23:00h do mesmo dia;
- XXII. em até 5 dias úteis após a assinatura do Contrato, entregar 01 (um) CD com 02 (duas) fotos em tamanho mínimo de 4.200 x 2.800 pixels, com qualidade de 300 dpi, em formato JPG e opcionalmente também no formato RAW, e um release para divulgação na imprensa e no material gráfico do projeto;
- XXIII. dar ciência à equipe técnica do BNDES dos equipamentos a serem utilizados, devendo os equipamentos extras (que não constam da estrutura do teatro), eventualmente utilizados pela CONTRATADA, ser compatíveis com as instalações do Teatro Arino Ramos Ferreira e autorizados pela equipe técnica do BNDES;
- XXIV. autorizar, previamente à realização do espetáculo, a utilização, por parte do BNDES, da imagem dos músicos de apoio que se apresentarão juntamente com os integrantes da persona artística;
- XXV. em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, informar um link de uma música para efeito de divulgação, pelo serviço Soundcloud®, autorizando sua utilização para esta finalidade; e
- XXVI. com a finalidade de divulgação, se solicitada e se a solicitação for com antecedência mínima de 30 dias, realizar uma apresentação simplificada de pelo menos 3 (três) músicas no hall do edifício do BNDES ou em outro local público, negociado de comum acordo, nas cercanias do edifício. Esta apresentação, se solicitada, será realizada no período entre as 12 e as 14 horas, no próprio dia agendado para o espetáculo, com objetivo de atrair público para a apresentação prevista para o período da noite. Toda a infraestrutura técnica e cenográfica para esta eventual apresentação será de responsabilidade do BNDES.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES



Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem obrigações do BNDES:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, Sidnei Ferreira de Carvalho, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviços, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Ana Carolina Walczuk Beltrão, que atualmente exerce o cargo de Técnico de Comunicação;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita à CONTRATADA;
- V. fornecer à CONTRATADA, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES;
- VI. colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar à CONTRATADA, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.
- VIII. disponibilizar o Teatro do Espaço Cultural BNDES e franquear acesso à equipe responsável pela preparação do espetáculo;
- IX. divulgar os espetáculos no sítio do BNDES na Internet, por meio de cartazes e folders referentes ao espetáculo, além de outras ações passíveis de serem desenvolvidas por sua Assessoria de Imprensa; e
- X. realizar o pagamento ao ECAD, quando cabível, no tocante à realização do objeto do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES.

Parágrafo Único

Assim que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pelo BNDES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do BNDES, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no item ____ do [Projeto Básico / Termo de Referência / Edital].

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo BNDES ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à CONTRATADA a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a CONTRATADA poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo BNDES, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos causados ao BNDES serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos Incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos Incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos Incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Pedido de Inscrição subscrito pela CONTRATADA, Anexo__ ao presente Instrumento.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

As folhas deste Contrato são rubricadas por _____, advogado(a) do BNDES, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

[Incluir o nome da contratada.]

Testemunhas:

Nome/CPF: _____

Nome/CPF: _____



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

30 100
M

ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA

Referência:

Data: __/__/__

Empresa / Licitante: _____

A empresa acima identificada / Licitante _____ ,
_____, efetuou vistoria nas dependências do BNDES, no
endereço _____.

Representante da Empresa / Licitante:

Nome completo, telefone, e-mail e fax

Representante do BNDES:

8

323 101
7



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

ANEXO V

Mapa de Palco e Relação de Equipamentos do Teatro Arino Ramos Ferreira

LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SOM E LUZ DO TEATRO ARINO RAMOS FERREIRA

Observação Geral:

A disponibilidade dos equipamentos deve ser confirmada com a equipe do BNDES em reunião de trabalho obrigatória a ser agendada após a contratação (vide item 14 do EDITAL).

EQUIPAMENTOS DE SOM:

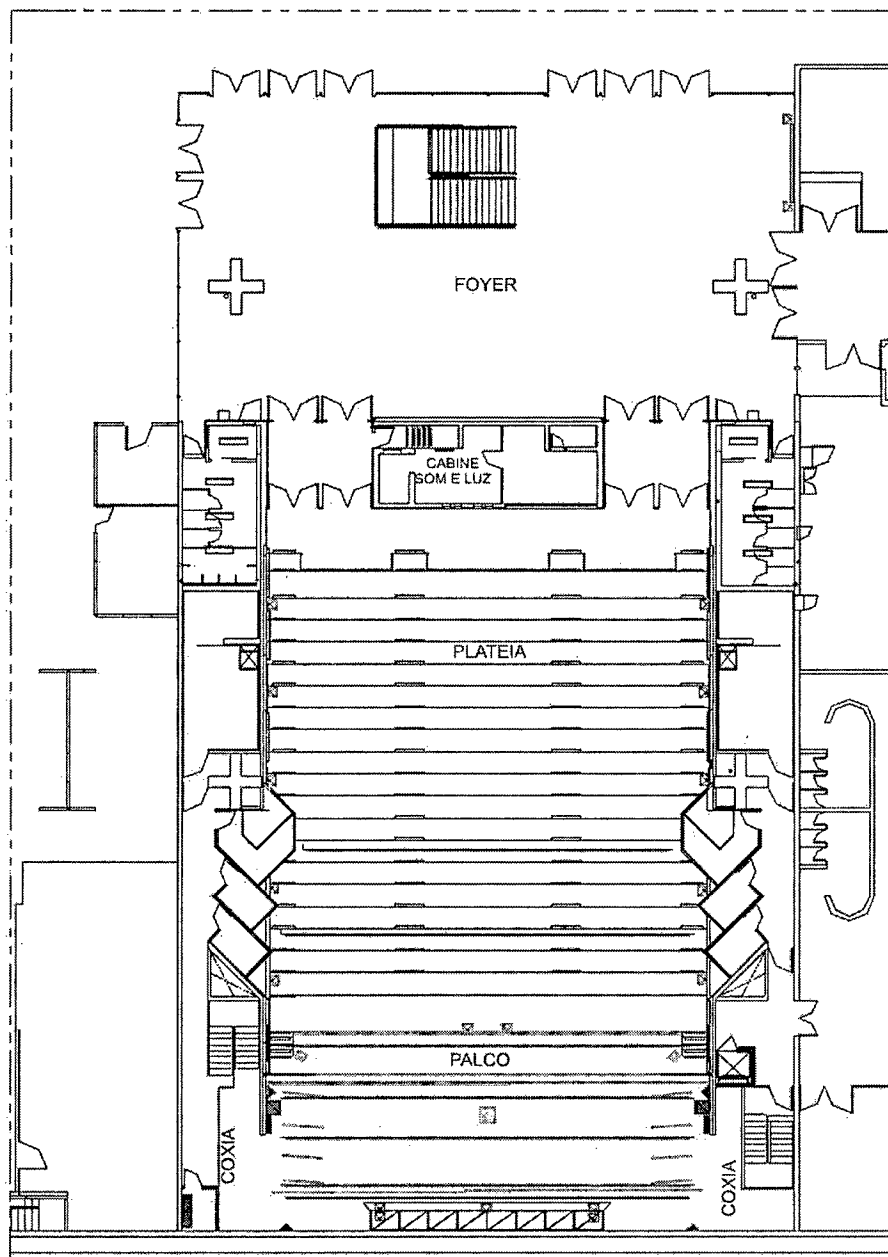
- Sistema mixer digital (mesa de som) Yamaha CL3
- Meter Bridge Yamaha MBCL
- 2 Stage Box digital 32 vias Yamaha Rio 3224-D
- Sistema de sonofletores ativos “line-array” JBL
- 1 sonofletor monitor de cabine.
- Processador de áudio com RTA DBX DriveRack PA+
- Condicionador de tensão Savage
- 4 Direct Boxes ativas BSS Áudio
- 8 microfones dinâmicos cardióides sem-fio Shure
- 2 microfones head-worn.

EQUIPAMENTOS DE LUZ:

- Mesa de Iluminação ION 1000
- 40 refletores par EA 750W
- 14 refletores Parnel 750W
- 2 refletores elipsoidais source four 5°
- 4 refletores elipsoidais source four 10°
- 10 refletores elipsoidais source four zoom 25 a 50°
- 50 refletores elipsoidais source four 19, 26, 36 e 50°
- 18 refletores LED desire D40
- 18 refletores seladores Paletta 11’.

314/102

MAPA DE SOM E LUZ



LEGENDA

- | | |
|-------------------------------|----------------------------|
| ☑ SONOFLETORES SISTEMA CINEMA | ☐ CAIXA DE TOMADAS NO PISO |
| ☑ LINE ARRAY - FORRO | ▲ CAIXA DE TOMADAS H=0,30m |
| ☑ SUBWOOFER SOB PALCO | ▬ QUADRO GERAL H=1,63m |
| ☑ SONOFLETOR 2 VIAS | ▬ QUADRO DIMMERS |
| ▬ STAGE BOX | — VARAS DE ILUMINAÇÃO |

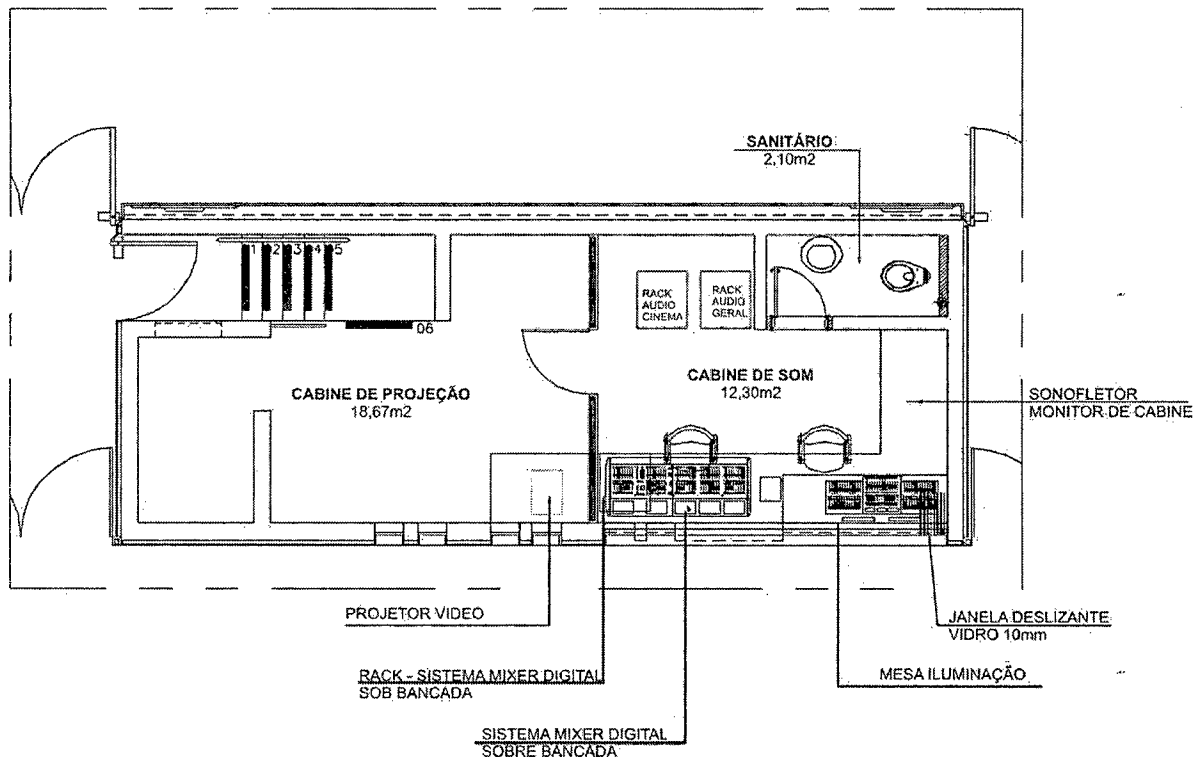
8

328 103
m



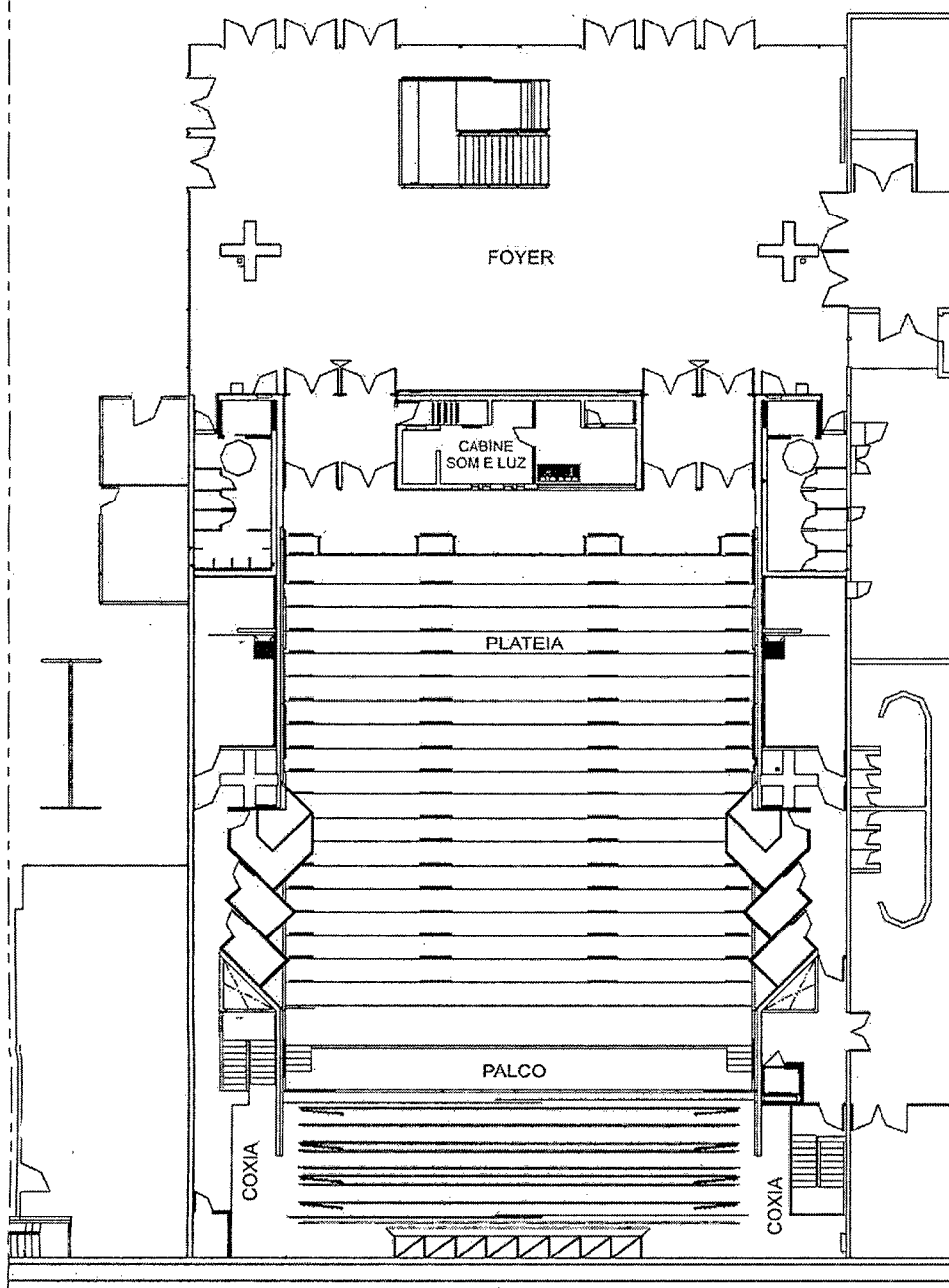
EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

CABINE DE SOM E LUZ



S

MAPA DE TEATRO



LEGENDA

- FECHAMENTO DE BOCA 15,40X 5,32 m
- CORTINA
- VARAS CÊNICAS
- PERNAS
- ROTUNDA
- CICLORAMA
- TELA

8



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

ANEXO VI



Classificação: Documento Reservado
Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES, Fornecedor e Subcontratados
Unidade Gestora: 00000000 (classificação conforme OS FRESI 15/2011-BNDES)

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO - DIF

Regulamentada pela OS FRESI nº 002/2014

Nº OCS (Preenchimento pelo Sistema BNDES):

Instruções para Preenchimento:

- 1) Antes de começar a preencher, favor ler a aba Instruções Gerais deste arquivo;
- 2) Preencher apenas os campos hachurados em azul. O restante da planilha está bloqueado;
- 3) Cada campo tem comentários para auxiliar o preenchimento. Passe o mouse para acessar os comentários;
- 4) Preencher uma DIF para cada unidade econômica do fornecedor (matriz e filiais), que vierem a efetivamente fornecer o produto e/ou prestar o serviço. Nesse caso, os documentos de cobrança deverão ser emitidos por estas unidades econômicas;
- 5) Preencher uma DIF para cada subcontratado do fornecedor que emitir documentos de cobrança contra o BNDES.

1) CONTRATANTE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Endereço: Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-917

CNPJ: 33.657.248/0001-89

Inscr. Mun.: 047.146-1
Rio de Janeiro - RJ

2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR OU DO(S) SUBCONTRATADO(S)

☐ FORNECEDOR

☐ SUBCONTRATADO

Razão Social/Nome:

Endereço Completo:

DADOS*	PESSOA JURÍDICA		PESSOA FÍSICA
CNPJ/CPF			
IN/PI/S/PASEP			
Natureza Jurídica			
Entidade Sem Fins Lucrativos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Entidade Beneficente de Assistência Social	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CÓDIGO CNAE (I) - Atividade Principal / Nº CBO (II)			
CÓDIGO CNAE da Atividade do fornecimento:			
Inscrição Estadual			
Inscrição Municipal			
Código CFOP (II)			
Classificação NCM (IV)			
Optante SIMPLES NACIONAL	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	
Optante pelo SIMEI (V)	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	

(I) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas; (II) CBO - Classificação Brasileira de Ocupações; (III) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (IV) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (V) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempresador Individual (MEI).

3) OBJETO DO FORNECIMENTO

☐ PRODUTO

☐ SERVIÇO

☐ PRODUTO E SERVIÇO

OBJETO:

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR BRUTO (R\$)	MUNICÍPIO(S) DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO
PRODUTO		
SERVIÇO		
TOTAL		

Valor Bruto é o valor referente ao escopo desta DIF, sem nenhuma dedução de tributos. Não considerar valores de fornecimento de outras unidades econômicas ou subcontratações.

☐ Subcontratação (para os casos permitidos na Lei 8.666/93) Nº de subcontratações: ☐

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO:

NF ☐ NF-e ☐ NFS-e ☐ DANFE ☐ RPCI ☐ RECIBO ☐ OUTROS ☐ QUAIS? _____

* As abas mencionadas neste campo têm o significado a seguir: (I) NF - Nota Fiscal; (II) NF-e - Nota Fiscal Eletrônica; (III) NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (IV) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; e (V) RPCI - Recibo de Pagamento a Contribuinte Individual (antigo RPA - Recibo de Pagamento e Autônomo).



EDITAL – BNDES
Concurso AARH - 04/2016
Concurso para Escolha de Espetáculos de Música para
Apresentação no Projeto “Quintas no BNDES” e “QUARTAS
INSTRUMENTAIS”

228 106
78

5) INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS:

1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 10.637/03, que trata da obrigação das empresas públicas (BNDES) em efetuar as retenções na fonte, a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/96; e

1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/12.

2) RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS) - aplicável nos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

2.1) Observar a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11; e

2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS:

3.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/03, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido “no município do estabelecimento do prestador do serviço”;

3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/03, em que o ISS é devido no “local da prestação”;

3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS; e

3.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM/Rio de Janeiro).

4) SIMPLES NACIONAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS e ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

4.1) Optante pelo Simples Nacional (são os serviços de construção civil, paisagismo, vigilância, limpeza ou conservação) ou Entidade Beneficente de Assistência Social (EAB) estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente; e

4.2) Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social (EAB) estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo emitir a declaração prevista no Anexo II, II ou IV, conforme enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente emitir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e 7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Nos termos do § 7º do art. da 6º da IN RFB nº 1.234/2012, não serão aceitos comprovantes de protocolo de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

Preencher os valores dos produtos/materiais fornecidos diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO PRODUTO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM “X” (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (Q)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x Q)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APPLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ							
CSLL					1,00%		
PIS/PASEP					0,65%		
COFINS					3,00%		
ICMS							

Observação 1: O BNDES NÃO é contribuinte do ICMS, por isso, NÃO se aplicam alíquotas interestaduais.

Observação 2: De o fornecimento implicar em produtos que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos “CÓD LC 116/03” e “DESCRIÇÃO”), e informar a inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM/Rio de Janeiro, se aplicável:

CÓD LC 116/03	DESCRIÇÃO	CÓD CEPOM/RJ

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:

Marque com “X” as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.

a) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo I? (veja aba “Anexos I e II” deste arquivo)

☐ Sim ☐ Não

b) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo II? (veja aba “Anexos I e II” deste arquivo)

☐ Sim ☐ Não

c) Os serviços serão prestados nas dependências do BNDES ou em local por ele estabelecido?

☐ Sim ☐ Não

d) Os serviços contratados são de necessidade contínua do BNDES?

☐ Sim ☐ Não

Se as respostas “a” e “c” forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Se as respostas “b”, “c” e “d” forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.

De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 971/2009)

Preencher com os valores referentes aos serviços fornecidos diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO SERVIÇO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM “X” (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (Q)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x Q)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APPLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ							
CSLL					1,00%		
PIS/PASEP					0,65%		
COFINS					3,00%		
ICMS							
ISS							
INSS							

Observação 1: O BNDES NÃO é contribuinte do ICMS, por isso, NÃO se aplicam alíquotas interestaduais.

Observação 2: De o fornecimento implicar em serviços que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Nome: _____ CPF: _____ Função na Empresa: _____

Local e data: _____ de _____ de _____
Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado

Contador: _____ CRC: _____
Assinatura do contador do fornecedor / subcontratado

S

Anexo IV ao Contrato OCS nº 528/2016**Termo de Confidencialidade Assinado pelo Contratado**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO

SILVIO MACIEL, ESSINGER, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – CONTRATO OCS Nº 528/2016**, celebrado em 28/11/2016, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do **CONTRATO** ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos; de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

32A 109



Classificação: Ostensivo

Sem Restrição de Acesso

Unidade Gestora: AA/DEJUR (Classificação conforme OS PRESI nº 01/2015 – BNDES)

- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do **CONTRATO OCS Nº 528/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do **CONTRATO OCS Nº 528/2016**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **CONTRATO OCS Nº 528/2016**, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

BNDES

Maurício Prado
Advogado

110
372
70**CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do **CONTRATO OCS Nº 528/2016**, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2016.


SILVIO MACIEL ESSINGER